

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES E
SISTEMAS PÚBLICOS - PPGGOSP**

REGINA LOURENÇO DE BARROS

**Universidade, Extensão e Sociedade: um estudo das ações na área da saúde
na UFSCar (2004/2014)**

SÃO CARLOS - SP

2015

REGINA LOURENÇO DE BARROS

**Universidade, Extensão e Sociedade: um estudo das ações na área da saúde
na UFSCar (2004/2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos da Universidade Federal de São Carlos como requisito parcial para obtenção do título de mestre no Curso de Mestrado Profissional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Alves Cepêda

**SÃO CARLOS - SP
2015**

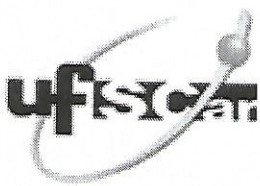
**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

B277ue Barros, Regina Lourenço de.
Universidade, Extensão e Sociedade: um estudo das
ações na área da saúde na UFSCar (2004/2014). / Regina
Lourenço de Barros. -- São Carlos : UFSCar, 2015.
96 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2015.

1. Saúde. 2. Ensino superior. 3. Extensão universitária. 4.
Desenvolvimento. I. Título.

CDD: 613 (20^a)



Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Regina Lourenco de Barros, realizada em 04/08/2015:

Profa. Dra. Vera Alves Cepêda
UFSCar

Prof. Dr. Antonio Carlos Henriques Marques
UFSCar

Profa. Dra. Geyza Alves Pimentel
UFRR

REGINA LOURENÇO DE BARROS

Universidade, Extensão e Sociedade: um estudo das ações na área da saúde na UFSCar (2004/2014)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos da Universidade Federal de São Carlos como requisito parcial para obtenção do título de mestre no Curso de Mestrado Profissional.

COMISSÃO JULGADORA

Prof.^a Dr.^a Vera Alves Cepêda (orientadora)
Universidade Federal de São Carlos

Prof.^a Dr.^a Geysa Alves Pimentel
Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Antonio Carlos Henriques Marques
UNIP/Universidade Federal de São Carlos

Aprovada em 04/08/2015.

Local de defesa: UFSCar, São Carlos/SP

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos:

À minha grande mestra Prof^a. Dr^a Vera Alves Cepêda por ter me orientado nesta dissertação. Sua competência, carinho e estímulo foram essenciais para este trabalho se realizar.

À Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar, em especial à Pró-Reitora Prof^a. Dr^a Cláudia Maria Simões Martinez e ao funcionário Diego Profiti Moretti, pelas valiosas contribuições para minha pesquisa.

Aos queridos mestres do Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos pelos preciosos ensinamentos que enriqueceram nossa formação.

Às coordenadoras do Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Comunian Ferraz e Prof^a Dr^a Andrea Eloisa Bueno Pimentel pela sua dedicação e seu entusiasmo que contagiaram a todos.

Aos docentes do Curso de Medicina Prof. Dr. Rodrigo Alves Ferreira e Prof^a. Dr^a. Sigrid de Souza Santos pelas importantes informações que me forneceram sobre as atividades de extensão do DMed.

RESUMO

A extensão universitária é um meio de comunicação entre a universidade e a sociedade, permitindo que a academia entre em contato com a realidade e participe da resolução de problemas sociais contribuindo assim, para o desenvolvimento local e nacional. Desenvolvimento significa não apenas crescimento econômico, mas inclui transformações na sociedade visando uma melhoria da qualidade de vida das pessoas. Nesse sentido, a saúde tem participação essencial na conceituação de desenvolvimento e as universidades - notadamente a UFSCar - têm atuado nessa direção através de ações extensionistas ligadas ao campo da saúde. Com base nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi analisar as atividades de extensão universitária efetuadas na área da saúde pela UFSCar, no campus São Carlos com foco nas atividades realizadas no Departamento de Medicina (DMed) para avaliar sua contribuição para o desenvolvimento da cidade de São Carlos. A pesquisa foi desenvolvida apoiando-se em um levantamento e identificação do conjunto das atividades extensionistas ligadas à saúde entre 2004 e 2014, registradas no canal de informação ProExWeb da Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar. A seguir, foi feita a análise dos registros das atividades específicas do DMed para se verificar os diferentes tipos de ações desenvolvidas e seu potencial de contribuição para a melhoria da qualidade de saúde dos moradores de São Carlos. Como resultado da pesquisa observou-se que a UFSCar, através da extensão realizou uma quantidade muito grande de atividades relacionadas à saúde nesse período. O número dessas atividades veio crescendo progressivamente ao longo do tempo nos vários departamentos diretamente ligados à formação de profissionais da área da saúde, com destaque especial para o Departamento de Medicina (DMed) que iniciou suas ações em 2006 e que produziu importantes ações relacionadas à saúde no município de São Carlos desde a implantação do curso de Medicina. Como conclusão pudemos inferir que as ações extensionistas da UFSCar no setor saúde, especialmente as realizadas pelo DMed foram muito intensas no período estudado e se concretizaram a partir de atividades variadas que contribuíram para a formação, promoção, prevenção, recuperação e reabilitação na área da saúde do município de São Carlos.

Palavras chave: Extensão universitária; Saúde; Desenvolvimento; Ensino Superior.

ABSTRACT

The university extension is a communication channel between the university and society. By extension, the university can keep in contact with reality and participate in the solution of social problems, contributing to local and national development. Development means not only economic growth but includes changes in society aimed at improving the quality of life. In this sense, health has substantial involvement in the concept of development. Universities - notably the UFSCar – have been directing much of their extension actions to the health field. Within this context, the aim of this study was to analyze the university extension activities of UFSCar in the health area, notably the activities developed in the Department of Medicine (DMed) to evaluate its contribution to the development of the city of São Carlos. A survey was conducted to identify the extension activities related to health between 2004 and 2014, recorded in ProExWeb information channel of the Pro-Rectorate of UFSCar extension. Then the DMed activities were analyzed to check the different types of actions undertaken and its potential to contribute to the improvement of health quality of the residents of São Carlos. As a result of this research it was observed that UFSCar conducted a very large amount of health-related activities in this period. The number of these activities came steadily growing over time in the various departments directly linked to the training of health professionals, with special emphasis on the Department of Medicine (DMed). From this research we can infer that these activities contributed to improvement in education, promotion, prevention, recovery and rehabilitation in the health area of São Carlos region.

Keywords: university extension, development, higher education, health.

ÍNDICE DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1 - Organograma Pró-Reitoria de extensão – UFSCar.....	58
Gráfico 1 - Atividades de extensão da UFSCar - setor/ano (2004-2014).....	71
Gráfico 2 - Atividades de extensão do Departamento de Medicina	72
Gráfico 3 - Abrangência das atividades do DMed.....	73
Gráfico 4 - Área Temática Principal das atividades do Dmed.....	74
Gráfico 5 - Área Temática Secundária das atividades do Dmed	75
Gráfico 6 - Comunidade atingida	75
Gráfico 7 - Parceria externa.....	76
Gráfico 8 - Atividades ligadas a programas.....	77

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Atividades de extensão da UFSCar - setor/ano (2004-2014).....	70
Tabela 2: Atividades de extensão do Departamento de Medicina: por ano e tipo (2006-2014).	72
Tabela 3: Abrangência das atividades de extensão Departamento de Medicina (2006-2014)	73
Tabela 4: Área Temática Principal, Departamento de Medicina (2006-2014).....	73
Tabela 5: Área Temática Secundária, Departamento de Medicina (2006-2014).....	74
Tabela 6: Comunidade atingida, atividades desenvolvidas pelo DMed (2006-2014)	75
Tabela 7: Parceria Externa das atividades de extensão desenvolvidas pelo DMed (2006-2014)	76
Tabela 8: Atividades ligadas a Programas de Extensão - DMed (2006-2014).....	76
Tabela 9: Programas de Extensão vinculados ao DMed.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIEPEs - Atividades Curriculares de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão

ANDES - Associação dos Docentes do Ensino Superior

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CAE - Coordenadoria de Atividades de Extensão

CAEv - Coordenadoria de Apoio a Eventos

CAEx - Câmara de Atividades de Extensão

CCA - Centro de Ciências Agrárias

CCBGer - Coord. Curso de Bacharelado em Gerontologia

CCBS - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

CCET - Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia

CCGT - Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia

CCHB - Centro de Ciências Humanas e Biológicas

CCN - Centro de Ciências da Natureza

CCTS - Centro de Ciências e Tecnologias para a Sustentabilidade

CCult - Coordenadoria de Cultura

CC-ProEx - Coordenadoria de Cursos de Extensão

CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

CNUSau - Coordenadoria do Núcleo UFSCar-Saúde

CoEx - Conselho de Extensão

ConsUni - Conselho Universitário

CPAE – Comissão Permanente de Avaliação de Extensão

CPEs - Coordenadoria de Projetos Especiais

DCF - Departamento de Ciências Fisiológicas

DeAMO - Departamento de Assistência Médica e Odontológica

DEBE - Departamento de Ecologia e Biologia Evolutiva

DeEsp - Departamento de Esportes

DEFMH - Departamento de Educação Física e Motricidade Humana

DEnf - Departamento de Enfermagem

DFisio - Departamento de Fisioterapia
DGero - Departamento de Gerontologia
DMed – Departamento de Medicina
DMP - Departamento de Morfologia e Patologia
DPsi – Departamento de Psicologia
DTO - Departamento de Terapia Ocupacional
FAI-UFSCar Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FORPROEX- Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
HEM – Hospital Escola Municipal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IES – Instituições de Ensino Superior
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
IPES – Institutos de Pesquisa de Ensino Superior
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MEC – Ministério da Educação
NETC-So – Núcleo Educação, Tecnologia e Cultura
NuCid - Núcleo de Extensão UFSCar-Cidadania
NuEmp - Núcleo de Extensão UFSCar-Empresa
NuEsc - Núcleo de Extensão UFSCar-Escola
NuMun - Núcleo de Extensão UFSCar-Município
NuSau - Núcleo de Extensão UFSCar-Saúde
NuSin - Núcleo de Extensão UFSCar-Sindicato
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
ParqTec – Parque Tecnológico
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
PMSC – Prefeitura Municipal de São Carlos

PPGEnf – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem

PQV - Programa Qualidade de Vida

ProACE - Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis

ProEx - Pró Reitoria de Extensão

PROEXT – Programa de Apoio à Extensão Universitária

PROEXTE – Programa de Fomento à Extensão Universitária

RENEX – Rede Nacional de Extensão

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAC - Secretaria Geral de Assuntos Comunitários

SESu – Secretaria de Educação Superior

SUS – Sistema Único de Saúde

UBS – Unidade Básica de Saúde

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESP – Universidade Estadual Paulista

USE - Unidade Saúde Escola

USF – Unidade de Saúde da Família

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO I – UNIVERSIDADE, EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO	25
1.1 - Crescimento econômico <i>versus</i> desenvolvimento	31
1.2. Saúde e desenvolvimento	33
CAPÍTULO II - MUDANÇAS DO PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	37
2.1. Função social da universidade	43
2.2. A institucionalização e o reconhecimento da importância da extensão universitária.....	46
2.3. Trajetória e diretrizes do FORPROEX	49
CAPÍTULO III – ATIVIDADES DE EXTENSÃO NA UFSCAR/SÃO CARLOS	53
3.1. Contexto socioeconômico do município de São Carlos	53
3.2. A UFSCar e o campus São Carlos	54
3.3. A extensão universitária na UFSCar e a ProEx	56
3.3.1. Coordenadorias e Núcleos de Extensão	59
3.3.2. Recursos Humanos e Orçamento.....	61
3.3.3. Os tipos de atividades e ações da extensão na UFSCar.....	61
CAPÍTULO IV – AÇÕES EXTENSIONISTAS DA UFSCAR NA ÁREA DA SAÚDE ...	67
4.1. O Departamento de Medicina da UFSCar	68
4.2. Apresentação dos resultados das ações da extensão na UFSCar - 2004/2014.....	69
4.2.1 As ações de extensão do DMEd – Análise Qualitativa.....	78
CONCLUSÕES	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88
APÊNDICE	98
ANEXO	102

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa está relacionado à linha Estado e Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos (PPGGOSP) e surgiu da preocupação do pesquisador em investigar a contribuição da UFSCar para o desenvolvimento da cidade de São Carlos, onde está localizado seu maior campus. A UFSCar tem baseado suas ações na participação democrática, competência acadêmica e compromisso social. Suas atividades extensionistas são bem intensas sendo direcionadas a diversos setores, permitindo uma aproximação estreita com a comunidade local. As universidades de modo geral estão cada vez mais conscientes do seu papel na promoção do desenvolvimento local e nacional e dentre as funções da academia, a extensão tem sido particularmente valorizada permitindo à universidade cumprir seu papel social (cf. FOTEA, 2011; SANTOS, 2004). Neste trabalho, foram estudadas as atividades de extensão da UFSCar com foco na saúde durante o período de 2004 a 2014, por ser esta área de extremo significado para o bem-estar social e repercutir no desenvolvimento no seu significado completo que é, segundo Oliveira (2002), o crescimento econômico visando satisfazer as necessidades humanas entre as quais está a saúde. O estudo foi direcionado particularmente às atividades de extensão do DMed (Departamento de Medicina) por ter sido este setor o que mais produziu atividades relacionadas à saúde no referido período. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a participação das universidades no desenvolvimento local e nacional e sobre a participação da extensão universitária nesse processo e a seguir uma pesquisa documental sobre as atividades extensionistas da UFSCar registradas na sua Pró-Reitoria de Extensão, com posterior análise qualitativa. O trabalho foi estruturado em quatro capítulos, precedidos de introdução e finalizado com análise geral contida na seção Conclusão.

No capítulo I, intitulado *Universidade, Extensão e Desenvolvimento* foi discutido o papel que tem a universidade atualmente no desenvolvimento da sociedade e também é apresentada uma discussão sobre crescimento econômico e desenvolvimento, bem como a participação da saúde neste processo. No capítulo II, intitulado *Mudanças no Papel da Extensão Universitária* são apresentadas as diferentes concepções de extensão universitária e os fatos que contribuíram para sua institucionalização. No capítulo III, denominado *As atividades de extensão da UFSCar/São Carlos e a área da saúde* são descritas resumidamente a UFSCar e a cidade de São Carlos e a seguir mostra-se como se estrutura a

extensão dentro da UFSCar, incluindo sua política e organização institucional nessa área. O capítulo IV, *As Ações Extensionistas da UFSCar na Área da Saúde* traz a pesquisa realizada nos documentos da ProEx registrados no seu canal de informação *ProExWeb* sobre as atividades de extensão da UFSCar. Foram levantadas e sistematizadas as atividades desenvolvidas na área da saúde durante o período de 2004 a 2014. Foi dado enfoque especial às atividades do DMed (Departamento de Medicina) com o objetivo de analisar mais detidamente os tipos, focos e resultados qualitativos.

CAPÍTULO I – UNIVERSIDADE, EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO

Observamos a partir da segunda metade do século XX uma grande evolução tecnológica. A era industrial foi substituída pelo que se denomina era do conhecimento. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) trouxeram entre outras consequências, a globalização da economia. Ao lado da internacionalização do capital, observa-se a valorização da escala local como importante agente do desenvolvimento econômico. A economia mundial tem evidenciado que conhecimento, ciência e inovação constituem a base do desenvolvimento de nossa sociedade o que confere às universidades um papel-chave no desenvolvimento econômico regional. Isto se deve à sua capacidade de produzir mão de obra qualificada através de suas atividades de ensino, conhecimento científico e tecnológico por meio de sua pesquisa e capacidade de transferir esses recursos à sociedade através de suas atividades de extensão. Segundo Fotea (2011):

The present economic order, in which knowledge, science and innovation play a decisive role in the development of our society, has attributed to universities, beyond the classical role of research and education, a more complex mission which generates a much greater impact on its surroundings. The regions are perceived as new poles of economic growth, and universities as key partners in the process. This because the universities have the necessary means so that, by interacting with the rest of regional socio-economic agents, can assume a catalyzing role throughout the process of regional economic development. (Fotea, 2011, p. 02)

Nas últimas décadas, o número de vagas em instituições de nível superior no Brasil vem crescendo rapidamente (cf. Cogo, 2014). Essas instituições, antes ligadas a grandes centros, vêm se instalando em cidades menores, provocando nelas impactos diversos.

É grande o número de trabalhos encontrados na literatura nacional e internacional tratando dos impactos produzidos pelas universidades nos locais onde se instalam. No Brasil, o professor José Murari Bovo, da UNESP (Universidade Estadual Paulista) é autor de vários trabalhos de pesquisa sobre a importância dessa universidade no desenvolvimento das regiões onde suas unidades estão implantadas. Segundo Bovo (1996) nos anos 1950, vivia-se a ideologia desenvolvimentista. Nesse contexto, foram criadas várias escolas públicas de nível superior para formar profissionais necessários ao desenvolvimento tecnológico do Brasil. Com a interiorização da indústria e da produção, surgiram as universidades localizadas fora de grandes centros. Bovo analisa inicialmente, o caso da implantação da UNESP em Araraquara, procurando avaliar o impacto do surgimento dessa

instituição no desenvolvimento e na dinâmica social local. Segundo o autor, a UNESP foi criada em 1976 e progressivamente cresceu bastante havendo núcleos em muitas cidades do interior paulista. Estudando os impactos da UNESP de Araraquara neste município, o autor observou que as receitas da UNESP chegaram a atingir 3/4 da receita municipal entre 1993 e 1995 e que 80% do total dos recursos que a UNESP movimentou em 1995 foram gastos no município, o que revela a importância do impacto econômico da UNESP na dinâmica econômica da cidade. O autor considera ainda a importância das atividades de extensão da UNESP de Araraquara para sua inserção social na região. Destaca entre essas atividades, os atendimentos médicos, odontológicos, fisioterápicos e psicológicos, desenvolvimento de técnicas para o setor produtivo e pesquisas no campo da política ambiental.

Em 1998 Bovo publica outro trabalho estendendo seu estudo a outros municípios onde a UNESP está presente, além da cidade de Araraquara. Ressalta a grande movimentação de recursos que ocorre graças à presença da universidade nas cidades onde está instalada. Segundo Bovo:

A movimentação de recursos financeiros por meio de pagamentos de salários de professores e de funcionários, dos investimentos em obras e equipamentos, das demais despesas de custeio, dos gastos de alunos oriundos de outras cidades, cujo montante aumentava à proporção que novos cursos iam sendo criados e novas vagas eram abertas nos já existentes constituem um conjunto de fatores que passou a exercer um efeito dinâmico e multiplicador sobre as atividades econômicas locais (Bovo, 1998, p. 27)

No mesmo texto o autor salienta também que a UNESP, através de suas atividades de extensão, especialmente na área da saúde atende parte da necessidade de serviços sociais da população, contribuindo para a implementação de políticas públicas. Isto representa uma grande economia para a administração municipal que sem a presença da universidade teria que arcar com a despesa desses serviços ou, no caso dessa demanda não ser atendida, poderia haver agravamento das condições sociais. Bovo explica:

Portanto, além dos efeitos econômico-financeiros para as economias locais resultantes da movimentação de seus recursos, a existência da UNESP proporciona, por meio dos serviços prestados à comunidade, um impacto de dimensões local e regional. De modo especial, destacam-se aqueles que, como parte da formação profissional dos alunos de alguns dos cursos de graduação, são dirigidos para a área de saúde da população e representam as atividades de extensão socialmente mais significativas, uma vez que contribuem para a melhoria das condições de saúde da população atendida. (Bovo, 1998, p. 84)

O mesmo autor desenvolve posteriormente um estudo organizado por ele para

avaliar o impacto da presença da UNESP em 14 municípios onde está instalada essa universidade, no ano de 2001 (Bovo, 2003). Os resultados dessa pesquisa ampliada reforçam a importância econômica e social da UNESP. Do montante de recursos movimentados, cerca de 80% são efetivamente gastos nos respectivos locais.

Para Borges (2004), as universidades públicas brasileiras têm sido reconhecidas como formadoras de profissionais, produtoras de pesquisa e fornecedoras de serviços às comunidades mas tem sido pouco destacado seu papel na geração de recursos financeiros para a localidade. Em alguns municípios brasileiros as universidades têm orçamentos maiores do que as receitas municipais e são responsáveis pela movimentação das economias da localidade, principalmente em cidades do interior. O autor em seu artigo *A universidade pública na economia local: os impactos financeiros da UESC nos municípios de Ilhéus e Itabuna*, apresenta um estudo sobre a influência da Universidade Estadual de Santa Cruz que está localizada no sul da Bahia entre Ilhéus e Itabuna. Conclui que a universidade gera recursos econômicos diretos e indiretos contribuindo significativamente para o mercado de bens e serviços desses dois municípios.

Para ajudar na promoção do desenvolvimento regional e nacional, a universidade precisa articular suas ações com outros organismos e instituições, estabelecendo parcerias. Etzkowitz et al. (2007) afirmam que numa sociedade baseada no conhecimento, universidade, indústria e governo têm iguais papéis para estimular a inovação. Assim, é preciso que a universidade evolua, transformando-se de uma instituição de ensino para uma de pesquisa e a seguir para uma empreendedora. O governo precisa auxiliar a inovação através de incentivos e de ação regulatória e a indústria deve desenvolver treinamento e pesquisa do mesmo modo que a universidade. Para esse autor, se não houver indústrias baseadas em conhecimento a universidade e o governo devem estimular sua criação, e se existirem, devem expandi-las. A tríade universidade-indústria-governo implica na existência de uma interação em que cada esfera institucional seja independente mas trabalhe de modo coordenado com os outros dois agentes. Nas palavras dos autores:

Interaction among university, industry and government is the source of the origination and/or the development of incubator movements, interdisciplinary research centers and venture capital, whether private, public or social. These organizational innovations are as important to the flow of innovation as technological advances. (Etzkowitz et al, 2007, p. 14).

Segundo os mesmos autores, a participação do governo é essencial no processo de inovação, pois nem a indústria ou a universidade são suficientemente fortes para organizar

o desenvolvimento regional. As universidades são importantes para o desenvolvimento econômico do futuro não só devido à pesquisa mas também porque a universidade tem estudantes que são fonte constante de novas idéias. Eles devem ser treinados e encorajados a serem empreendedores e estimulados a criarem novas firmas.

As universidades, pela sua simples presença, provocam alterações nas comunidades que as abrigam mas é preciso que a academia procure se integrar de modo mais intenso à sociedade local. Segundo Rolim e Kureski (2010), várias universidades do mundo procuram atender necessidades regionais e promover o seu desenvolvimento. Apesar de as universidades contribuírem naturalmente para o desenvolvimento local, é preciso que este aspecto faça parte de sua agenda:

Ainda que as universidades sempre tenham contribuído para o desenvolvimento de suas regiões, o surgimento de uma agenda regional requer que o engajamento regional seja formalmente reconhecido como um terceiro papel pelas universidades. Esse terceiro papel vai além do que é denominado no Brasil extensão universitária. As respostas às novas demandas exigem novos tipos de recursos e novas formas de gerenciamento que permitam que as universidades façam uma contribuição dinâmica ao processo de desenvolvimento regional. O objetivo final é fazer com que cada IES se posicione cada vez mais como uma *universidade da região* ao invés de uma simples *universidade na região* [grifos no original]. (Rolim e Kureski, 2010, p. 01)

Segundo os mesmos autores, as regiões com maior chance de desenvolvimento são as que utilizam de modo coordenado conhecimentos existentes no local. Organizações como universidades, laboratórios de pesquisa, empresas, devem se associar para estabelecerem programas comuns formando os sistemas regionais de pesquisa. Precisam contar com organizações voltadas para a inovação e conectadas num sistema institucional adequado (com subsistemas financeiro, de aprendizado e cultura produtiva). O sistema regional de aprendizagem ligado a universidades, institutos de pesquisa, empresas e parques tecnológicos é chamado de sistema regional de inovação.

Fotea (2011) afirma que as universidades promovem alterações econômicas, sociais e culturais, de curto e longo prazo contribuindo para o desenvolvimento da região. Impactos de curto prazo correspondem aos gastos feitos pela Universidade e pelos agentes a ela relacionados. Os de longo prazo são recursos que a universidade produz a partir do ensino e pesquisa: criação e uso do conhecimento além dos meios acadêmicos. O autor explica esses impactos:

Impactos de curto prazo - As atividades das universidades geram

demandas. Criam empregos. Ocorrem gastos do orçamento na região, gastos dos estudantes, de visitantes dos estudantes, de participantes de eventos organizados pelas universidades. Isto gera aumento de produção e emprego em outras empresas e setores econômicos. Gastos iniciais constituem o impacto direto. Logo após vem o efeito multiplicador dos gastos iniciais: a estes somam-se os gastos da industrialização como resposta a demandas aumentadas que a universidade desencadeou.

Impactos de longo prazo - A universidade produz ensino, pesquisa e difunde conhecimento. Esses produtos têm repercussões em todo o sistema produtivo regional ao criar empreendedores, desenvolvimento de tecnologias e atraindo agentes econômicos. A universidade contribui para o processo de desenvolvimento regional ao facilitar trocas de conhecimentos e ideias entre os atores sociais e econômicos regionais. Atualmente, a importância da universidade é muito grande devido ao papel que tem o conhecimento no processo de desenvolvimento econômico. As organizações precisam do suporte científico e tecnológico público fornecido pela universidade bem como do capital humano de alto nível que ela forma. A universidade pode fornecer o conhecimento necessário para os negócios da região representando um papel estratégico no desenvolvimento regional. Além de fornecer mão de obra qualificada e produzir conhecimento, a universidade pode interagir com agentes econômicos e fornecer soluções para tornar o sistema produtivo mais efetivo. Segundo o autor, economistas acreditam que é preciso melhorar o nível de educação da população para que as pessoas ganhem capacidades e habilidades necessárias aos novos modelos de crescimento econômico e produção. Estudos mostram que há uma relação entre nível de educação e atividade mais intensa no mercado de trabalho e que pessoas com níveis superiores de educação têm maior espírito empresarial levando a criação de novas companhias

No Brasil, existe uma conscientização cada vez maior das autoridades governamentais sobre a importância das universidades para o desenvolvimento regional. De acordo com Hoff, Martin e Sopeña (2011) a Universidade Federal do Pampa (Unipampa) foi criada em 2008 com a finalidade de alavancar o desenvolvimento da parte sul do estado do Rio Grande do Sul, de características agropecuárias e que apresentava defasagem de desenvolvimento com relação à parte norte do estado, mais desenvolvida economicamente. Os autores avaliaram a influência de uma das unidades da Unipampa, o campus instalado na cidade de Sant'Ana do Livramento, e verificaram que a universidade produziu alterações importantes por meio de: movimentação de recursos financeiros através de salários e gastos

dos alunos; demanda de pessoal; socialização do conhecimento com a comunidade; necessidade de desenvolvimento de infraestrutura de habitação, transporte, lazer e apoio ao setor produtivo.

Ferreira e Leopoldi (2012) estudaram o Polo Universitário de Volta Redonda (PUVR-UFF) da Universidade Federal Fluminense (UFF) com o objetivo de verificar como uma universidade pública pode contribuir para o desenvolvimento regional. Segundo os autores, é preciso que a universidade defina qual papel terá nesta sociedade baseada no conhecimento. Vivemos uma segunda revolução acadêmica. A primeira ocorreu no século XIX quando se percebeu que além do ensino e da sistematização do conhecimento existente, a universidade deveria se dedicar à pesquisa. Atualmente, a função da universidade tem sido reavaliada. Acredita-se que além de se dedicar ao ensino e pesquisa ela deva contribuir para o desenvolvimento econômico. Segundo Cooke et al (2007, apud Ferreira e Leopoldi, 2012) a universidade precisa dar apoio à inovação e liderar políticas locais empreendedoras. Para Brisola (1998, apud Ferreira e Leopoldi, 2012) a segunda revolução acadêmica no Brasil significa que entre universidade e sociedade se estabeleça um novo contrato social em que a universidade recebe apoio estatal se sua pesquisa estiver relacionada com o desenvolvimento econômico. No seu trabalho, Ferreira e Leopoldi concluíram que ainda são pequenos os esforços realizados pelo PUVR-UFF para estimular seus docentes no sentido de atividades inovativas e que estimulem o desenvolvimento regional. A estrutura acadêmica está evoluindo mas é preciso que haja uma maior integração com a comunidade local no sentido de se estabelecerem projetos com o poder público e a iniciativa privada que contribuam para o desenvolvimento da região do Vale do Paraíba.

Nem todas as instituições de nível superior entretanto, trazem contribuições apreciáveis para as localidades. Cogo (2014), explica que as instituições de nível superior podem ter características diversas de acordo como se organizem: universidades, universidades especializadas, centros universitários, centros universitários especializados, faculdades, faculdades integradas, institutos superiores ou escolas superiores. Somente as universidades têm a exigência legal de se dedicarem a ensino, pesquisa e extensão. Segundo Ranieri (2000, apud Cogo, 2014), o ideal é que o ensino superior se organize como universidade, e entretanto, o maior número de vagas do ensino superior é oferecido em faculdades e centros universitários. Do ponto de vista do desenvolvimento regional, estes institutos a princípio trazem uma maior movimentação financeira para a localidade, bem como uma melhoria na educação. Mas a longo prazo, a falta da pesquisa e das atividades de extensão não permite que

haja produção de conhecimento e integração com a sociedade e as instituições passam a ser vistas como empresas que apenas lucram e não trazem benefícios sociais nem desenvolvimento para a região. Conforme Pena Jr., Graciano & Valery (2005, apud Cogo, 2014), as universidades devem ser centros empreendedores que produzam, estimulem e deem assistência a projetos sociais da região onde se instalem. Entretanto, isso vem ocorrendo pouco no Brasil. As instituições de educação superior na sua maioria dedicam-se apenas ao ensino e mantêm-se distanciadas dos agentes sociais, contribuindo pouco para o desenvolvimento local e regional.

Assim, o tema do desenvolvimento (social, econômico e com bases locais) foi se aproximando da agenda de ações assumidas e esperadas das instituições universitárias. Mas o que é desenvolvimento? E como dispará-lo através da ação universitária? Em termos do debate sobre o significado do conceito desenvolvimento a literatura tem apontado como fundamental a separação entre a dimensão do crescimento econômico e da perspectiva do desenvolvimento social.

1.1 - Crescimento econômico *versus* desenvolvimento

Na era industrial os países buscavam avidamente o crescimento econômico com a finalidade de se tornarem desenvolvidos - este ponto entendido como evolução de indicadores como PIB, PNB, indicadores de produção industrial e per capita. Mas crescimento econômico não traz obrigatoriamente desenvolvimento porque este implica na melhoria da qualidade de vida da população e nem sempre é o que se observa com o aumento da industrialização e da renda per capita. Pelo contrário, foram consequências da industrialização e do aumento exagerado de consumo, o crescimento das desigualdades sociais e a degradação ambiental. Oliveira (2002) e Cepêda (2012) fazem uma revisão da literatura a respeito da distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento em que afirmam que no período recente as nações estão se preocupando mais com os efeitos resultantes do crescimento econômico sobre a qualidade de vida das pessoas e buscando um desenvolvimento sustentável que permita a sobrevivência das próximas gerações e que seja capaz de inclusão social. Desenvolvimento deve resultar de crescimento econômico que venha acompanhado de melhores condições de vida, com diminuição da pobreza e da desigualdade e melhoria da saúde, educação, moradia, emprego, entre outras necessidades. As discussões sobre desenvolvimento ficaram mais intensas após a segunda guerra mundial. Havia a preocupação

das nações em se acabar com as guerras, a miséria, o desemprego e a discriminação racial. Em 1945 foi criada a ONU, inicialmente por 51 países, com o objetivo de promover o desenvolvimento em todos os sentidos, resolvendo problemas econômicos, sociais, culturais e humanitários. A partir daí, foram criados órgãos específicos para cuidarem de setores importantes para o desenvolvimento como o Programa das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, o Programa para a Educação, Ciência e Cultura e a Organização Mundial da Saúde (Oliveira, 2002).

Segundo Milone (1998, apud Oliveira, 2002), desenvolvimento econômico se avalia através de indicadores de crescimento econômico (renda per capita, PIB, PIB per capita), através da redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e através da melhoria das condições de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte. De acordo com Souza (1993, apud Oliveira, 2002), os economistas se dividem entre duas correntes: a que encara crescimento como sinônimo de desenvolvimento e a que considera crescimento como condição para o desenvolvimento acontecer. Esta última corrente é representada por economistas de tradição marxista ou cepalina como Raul Prebisch e Celso Furtado. Desenvolvimento sob este enfoque deve trazer transformações nas instituições e estruturas produtivas visando uma melhor qualidade de vida para todos:

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. (Oliveira, 2002, p. 40)

O mesmo autor acrescenta que:

pensar em desenvolvimento é, antes de qualquer coisa, pensar em distribuição de renda, saúde, educação, meio ambiente, liberdade, lazer, dentre outras variáveis que podem afetar a qualidade de vida da sociedade. (Oliveira, 2002, p. 43)

Ainda, segundo Oliveira, existe atualmente, uma forte preocupação com a degradação progressiva do meio ambiente como consequência do modo de produção capitalista, o que pode comprometer o futuro das novas gerações. Por isso, defende-se a ideia do desenvolvimento sustentável que está diretamente ligada à questão ambiental. A produção e o consumo do planeta devem estar atrelados à preservação dos recursos naturais para que seja possível uma vida digna nos dias atuais e no futuro.

Da discussão sobre desenvolvimento sustentável, surge, no final do século XX, o termo ecodesenvolvimento que procura harmonizar objetivos sociais e econômicos à preservação do meio ambiente. Segundo Montibeller Filho (1993), o ecodesenvolvimento se preocupa com aspectos econômicos, sem deixar de lado, entretanto, os problemas sociais e ambientais.

Sachs (1993, apud Montibeller Filho, 1993), concebe cinco dimensões de sustentabilidade para o desenvolvimento: sustentabilidade social (diminuição das desigualdades sociais), sustentabilidade econômica (aumento da produção de riquezas), sustentabilidade ecológica (utilização de recursos naturais com preservação do meio ambiente), sustentabilidade espacial ou geográfica (melhor distribuição humana nos territórios, evitando grandes aglomerações) e sustentabilidade cultural (respeito às culturas das comunidades).

Já sobre a questão da inclusão e do combate às desigualdades e injustiças sociais (muitas vezes efeito de políticas apenas de crescimento econômico - como o caso do Brasil a partir do projeto desenvolvimentista do regime militar) é apontado por Cepêda:

O novo desenvolvimentismo, ao contrário, apoia-se no processo de inclusão social, colocando redistribuição e equidade em posição prioritária. Estabelecer a distinção entre as duas fases não é fácil e nem tranquila, principalmente quando nela cruzam-se as dimensões econômicas e aquelas de alcance (ou causação) política. A questão nacional que cimenta o novo desenvolvimentismo, presente nas políticas públicas federais da última década e em seu projeto de sustentação (PAC I e PAC II), apoia-se no diagnóstico da exclusão social como eixo do problema atual. (Cepêda, 2012, p. 84)

E como parte do debate inclusivo ou de viés de desenvolvimento social e humano, o tema da saúde aparece com destaque, sendo um dos itens fortes da agenda dos direitos sociais e da proteção social praticada mundialmente desde o início do século XX.

1.2. Saúde e desenvolvimento

Sabe-se que boas condições de saúde trazem um aumento do bem estar individual e social. Mas, além disso, um bom nível de saúde produz impactos positivos sobre o crescimento econômico da população. Araújo (1975) fez uma revisão do tema e concluiu existir uma estreita ligação entre saúde e processo de desenvolvimento econômico e social. O

autor cita Mushin (1962) que defendia serem os gastos com saúde, do mesmo modo que os gastos com educação, uma forma de investimento e não uma despesa de consumo. Araújo destaca que a Declaração dos Presidentes dos Países Americanos, aprovada em 1967 em Punta del Este, reconhece que a melhoria da saúde é essencial para o desenvolvimento econômico e social da América Latina e recomenda que os planos de desenvolvimento econômico incorporem planos regionais e nacionais de saúde. Wolf (1971, apud Araújo, 1975), afirma que a saúde é necessária para manter e melhorar a produtividade no trabalho e ainda, que crianças saudáveis aproveitam mais eficientemente os investimentos em educação. Araújo ainda ressalta que a desnutrição na primeira infância, que é um problema de saúde, pode prejudicar o desenvolvimento cerebral e intelectual, comprometendo a educação dos futuros trabalhadores, com as conseqüentes repercussões econômicas.

A ligação entre saúde e crescimento econômico foi também demonstrada pelo trabalho de Figueiredo, Noronha e Andrade (2003) que estudando essa relação durante a década de 1990 no Brasil, concluíram que regiões com baixas condições de saúde apresentavam um nível de renda per capita de longo prazo inferior às regiões com melhores condições de saúde, aspecto que acentuava as desigualdades regionais existentes no país.

Em nações pobres, é nítido o elo entre saúde da população e desenvolvimento. Esses países são frequentemente acometidos pelas doenças negligenciadas como a leishmaniose, o mal de Chagas e a Hanseníase. Não havendo a perspectiva de lucro, os laboratórios farmacêuticos não investem em seu tratamento e essas enfermidades chegam a atingir grande parcela da população comprometendo sua força de trabalho. De acordo com Morel (2010), dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) revelam que menos do que 10% dos fundos mundiais para a pesquisa em saúde contemplam os problemas mais importantes para os países em desenvolvimento, apesar desses problemas representarem 90% das doenças do mundo. Segundo o autor, a OMS aponta que a saúde não é só consequência do desenvolvimento. É requisito para que este possa se concretizar. O autor destaca ainda que, do ponto de vista empresarial, há um interesse crescente pelo complexo industrial da saúde uma vez que o Brasil importa grande quantidade de produtos relacionados à saúde havendo um expressivo déficit na balança comercial nessa área.

Recentemente, sanitaristas brasileiros têm se preocupado em conscientizar órgãos governamentais sobre a importância de se investir na saúde para que o país se desenvolva. Souza (2012), relata que o tema central do 10º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, em novembro de 2012, foi *Saúde é Desenvolvimento: Ciência para a Cidadania*. Do

debate ocorrido, o autor resume três dimensões:

- Existe diferença entre *crescimento econômico* e *desenvolvimento*. Um aumento no Produto Interno Bruto (PIB) faz com que o país seja mais rico mas, se as condições de vida de seu povo, inclusive a saúde, não melhorarem, o país não se torna desenvolvido. É preciso que haja articulação entre políticas de desenvolvimento e políticas sociais.

- *Saúde promove crescimento econômico*. Neste ponto é citada como referência forte o autor Amartya Sen que escreveu *Desenvolvimento como Liberdade*, prêmio Nobel de economia de 1998, em que demonstra que investir em educação e saúde interfere positivamente no crescimento econômico.

- *Saúde movimenta recursos financeiros*. A produção, a circulação de bens e a prestação de serviços de saúde mobiliza grande quantidade de recursos, estimula a inovação tecnológica e desenvolve o complexo industrial na área da saúde. No Brasil, o setor saúde apresenta gastos correspondentes a 9% do PIB, empregando 10% dos trabalhadores assalariados embora os gastos públicos com a saúde não cheguem a 4% do PIB. O autor lamenta que:

infelizmente, a política macroeconômica nacional parece desconhecer a importância do investimento na saúde pública e conclui que um sistema de saúde universal é pré-requisito da condição de nação desenvolvida (...) Embora os gastos totais em saúde como proporção do PIB cheguem a 9%, no Brasil, o gasto público não chega aos 4% do PIB, o que significa que 75% da população, que só usa o SUS, dispõem de apenas 385.00 de dólares per capita/ano para a atenção a todas as suas necessidades de saúde. É menos do que dispõem argentinos, cubanos, chilenos, colombianos e mexicanos, para ficar apenas na América Latina. (Souza, Carta Capital, 2012)

Ainda sobre a relação entre saúde e desenvolvimento, Gadelha et al. (2013) destacam que a saúde tem uma dimensão social, sendo direito garantido pela Constituição e uma dimensão econômica, porque sua base produtiva representa boa parte do PIB e por mobilizar uma parcela significativa de investimentos em P&D. Portanto, a saúde consegue reunir dinamismo econômico, inovação e bem-estar. Além disso, a saúde também ajuda a diminuir as desigualdades entre regiões, ao relacionar as diferentes esferas de governo para o planejamento e implementação de políticas públicas nacionais que não estejam concentradas regionalmente. É fundamental que o Estado atue na articulação do setor saúde com o sistema de inovação para evitar que os recursos se voltem apenas às áreas mais lucrativas. Todos os níveis de complexidade da atenção à saúde (promoção, prevenção e assistência) devem ser

contemplados. Os autores ressaltam ainda que o Estado precisa reconhecer que a saúde é estratégica para o desenvolvimento, pelo seu potencial de produzir inovação, emprego, renda e bem-estar social.

Pelo exposto, a partir dessa revisão bibliográfica, percebe-se a importância do papel que a universidade tem para o desenvolvimento socioeconômico local e nacional. O sistema universitário, como segmento do que denominamos "instituições públicas" desenvolve importantes ações na promoção de serviços e bens de saúde, a começar pela questão da inovação, da formação e qualificação de atores e estruturas, na reflexão e crítica dos modelos de políticas públicas adotados nessa área, e também, de maneira mais tópica e direta nos contextos de seu entorno, na realização de variadas ações de capacitação e oferta de bens de saúde. Percebe-se também que somente as funções de ensino e pesquisa não são suficientes para que a academia participe efetivamente deste processo. É preciso que ela se relacione com a sociedade, procurando articular suas ações com as de outros organismos públicos e privados com a finalidade de buscar soluções para os problemas da comunidade e assim, proporcionar melhores condições de vida para as pessoas e contribuir para um desenvolvimento pleno. Essa terceira função, antes vista como complementar e recentemente reconhecida como uma das finalidades precípuas da universidade é a extensão universitária - que será melhor analisada no próximo capítulo desta dissertação.

CAPÍTULO II - MUDANÇAS DO PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

As universidades surgiram na Europa na Idade Média por volta do século XII e, ao longo do tempo foram agregando funções. No início, se limitavam a transmitir e sistematizar o conhecimento. No final do século XIX ocorre uma revolução acadêmica segundo Etzkowitz e Leyderdorff (2000): a pesquisa foi introduzida como mais uma missão para a universidade. Bovo (1998) afirma que, no Brasil, na década de 1950 e também durante o governo militar, foram criados vários institutos de nível superior, no contexto da ideologia desenvolvimentista, para fornecerem o ensino e a pesquisa necessários ao avanço tecnológico do país. De acordo com Etzkowitz e Leyderdorff (2000), com a crescente importância do conhecimento e da pesquisa para o desenvolvimento econômico, uma terceira missão é dada à universidade: a de participar da construção desse desenvolvimento. É o que os autores chamam de *segunda revolução acadêmica* que se inicia com a II Guerra Mundial mas se torna mais visível a partir do final da Guerra Fria.

Para que a universidade exerça esse papel ela precisa dialogar com a sociedade, o que é possível através de suas atividades de extensão. No Brasil, essa aproximação entre a academia e a sociedade se intensificou com o final da ditadura militar em meados dos anos 1980, conforme Bovo (1998). São antigas as atividades de extensão com função apenas complementar às outras funções universitárias. Segundo Melo Neto (2002), a extensão começou no século XIX na Europa quando os intelectuais pretendiam levar seus conhecimentos ao povo. Já nos Estados Unidos, a extensão das universidades continham a ideia de prestação de serviços. Em relação à América Latina, a extensão sempre esteve ligada a movimentos sociais, destacando-se o Movimento de Córdoba de 1918 em que estudantes argentinos pediam uma maior aproximação entre universidade e sociedade através da extensão, para divulgar a cultura às classes populares. No Brasil, em 1938, estudantes através da UNE (União Nacional dos Estudantes) procuram fortalecer essa ideia. Anteriormente, a USP já realizava a Universidade Popular de São Paulo, oferecendo cursos de extensão para disseminar a cultura da elite. Com o Movimento de Córdoba, a extensão vem fortalecer a função social de universidade, o que significa que, além de transmitir conhecimentos ao povo, a academia deve também se preocupar com os problemas nacionais e com a transformação da sociedade. Os estudantes brasileiros, representados pela UNE e inspirados pelos ideais de Córdoba, defendiam a abertura da universidade por meio da prestação de serviços e cursos

dados pelos estudantes, colocando estes em contato com a realidade e propiciando a conscientização das classes populares em relação a seus direitos. Após 1964, a ditadura militar criou programas de extensão para integrar o estudante com a comunidade. Estes projetos tinham, entretanto, um caráter assistencial e eram controlados política e ideologicamente. A universidade cumpria uma função social mas, não do ponto de vista das classes populares.

Foi a partir da criação do FORPROEX (Fórum de Pró Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras) em 1987, cuja função é coordenar e valorizar a extensão das universidades públicas brasileiras e também a partir da Constituição de 1988 que prega a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que esta passa a ter sua importância igualada às duas outras funções da academia. Mas o que é extensão? Concepções diferentes foram surgindo ao longo do tempo, de acordo com as funções atribuídas às atividades extensionistas. Muitos estudiosos se preocuparam em conceituar a extensão universitária discutindo quais deveriam ser suas reais finalidades. O I Encontro Nacional de Pró Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras em 1987, traz uma definição bastante ampla e atual para a extensão universitária:

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será associado àquele conhecimento. Este fluxo que estabelece a troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizada deste processo dialético de teoria/prática, extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integradora social. (BRASIL/MEC, 1987: 1).

Tavares (1996) em seu trabalho *Extensão universitária: novo paradigma de universidade* discute que a partir dos anos 1980 surge um novo paradigma para a universidade em que a extensão ganha novo significado. Segundo a autora, “A extensão passa a ser vista como indissociável ao ensino e a pesquisa, retirando o caráter de prestação de serviços pagos ou assistencialistas, passando a ser encarada como trabalho social que visa interferir no processo de transformação da sociedade” (Tavares, 1996, p. 01). A extensão passa a ser instrumento de democratização ao articular ensino e pesquisa às necessidades da população. A universidade deve produzir conhecimento capaz de transformar a sociedade, devendo para isso ser autônoma, não se submetendo aos interesses do capital. Acrescenta que, no novo

paradigma de universidade, o contato com a realidade social propiciado pela extensão permite que o ensino se transforme em uma educação crítica e a pesquisa seja direcionada ao estudo e resolução dos problemas sociais. Segundo a autora, a Associação dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) teve um papel muito importante na defesa desse novo paradigma de universidade em que a sociedade é usada como referência para a definição dos problemas a serem investigados pela pesquisa e para reformular os programas de ensino. A redefinição de extensão universitária ocorreu durante a reestruturação das IES públicas e fazia oposição às propostas oficiais que viam as atividades extensionistas como transferência de conhecimentos para a sociedade, prestação de serviços ou como instrumento para avaliar o desempenho das IES com a finalidade de concessão de verbas.

Mais tarde houve um reposicionamento do MEC sobre as verdadeiras finalidades das ações extensionistas. Na apresentação do Plano Nacional de Extensão 2000-2001 elaborado pelo FORPROEX e SESu/MEC é citada uma frase do sociólogo Boaventura de Souza Santos para ilustrar a concepção que estes organismos têm de extensão universitária:

Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as actividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das actividades de investigação e de ensino (Santos, 2003, p. 225).

Segundo esse mesmo Plano, a extensão passou a ser vista como um processo articulador entre ensino e pesquisa, participando dos movimentos sociais da época e se beneficiando desse relacionamento com a sociedade:

Esse tipo de extensão - que vai além de sua compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos (cursos, conferências, seminários), prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias) e difusão cultural (realização de eventos ou produtos artísticos e culturais) - já apontava para uma concepção de universidade em que a relação com a população passava a ser encarada como a oxigenação necessária à vida acadêmica (Plano Nacional de Extensão Universitária, 2000-2001, p. 04).

A extensão ganha progressivamente uma conotação social cada vez mais intensa. Silva (2003) afirma que a universidade é influenciada por contextos socioculturais e que quando ensina ou divulga conhecimentos, prepara indivíduos para atuar socialmente. A universidade que sempre esteve ligada à realidade histórico social precisa manter-se presente no meio onde se insere e deve ir além de formar e pesquisar. Ensino e pesquisa precisam ter caráter mais social sendo a extensão a nova dimensão que a universidade deve ter para cumprir esse objetivo. Segundo Gurgel Rocha (1996, apud Silva, 2003) numa época em que

se busca uma sociedade mais justa e igualitária, a extensão tem a função de comunicação entre a universidade e o meio, permitindo uma reflexão crítica sobre seu ensino e sua pesquisa e estabelecendo uma troca de saberes com a população. A universidade deve aprender com o saber popular e assessorar as populações a se emanciparem criticamente. Guimarães (1997, apud Silva, 2003) ressalta ser fundamental que a extensão seja uma atividade voltada para os movimentos populares a fim de proporcionar uma melhoria de vida para a população e disseminar o conhecimento que a universidade produz.

Oliveira (2004) afirma que as atividades extensionistas universitárias estão deixando a concepção assistencialista para representar: espaço de aprendizagem; construção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; percepção da importância da interdisciplinaridade; projeto social visando a melhoria da qualidade de vida das comunidades. As atividades universitárias de formação profissional e produção de conhecimento devem ser exercidas na relação com a sociedade. A reflexão e a crítica sobre os processos sociais devem fazer parte dessas atividades transformando a universidade num espaço verdadeiramente democrático. A universidade sendo detentora do saber e do conhecimento, pode através da relação com a sociedade, construir novos saberes interligando o saber popular com o científico. Além disso, as atividades extensionistas são capazes de suprir em parte algumas funções do Estado na execução de políticas públicas. Estas ações não devem ter o caráter assistencialista mas devem ser realizadas do ponto de vista da assistência social que é considerada direito dos cidadãos. Para cumprir essa finalidade, a extensão universitária precisa estar articulada com as políticas públicas das diferentes áreas de atuação, não substituindo o Estado mas colaborando com este na definição, implementação e avaliação de políticas públicas. Essas ações devem ser realizadas sem que a universidade se afaste do seu projeto acadêmico, interligando realidade, aprendizagem e pesquisa.

Diante das colocações apontadas, observa-se que as atividades extensionistas podem ter características diversas, de acordo com a concepção que se tenha dela. Jezine (2004) descreve três diferentes concepções que a extensão vem assumindo nos últimos 30 anos. São elas: a assistencialista, a acadêmica e a mercantilista que expressam diferentes ideologias de universidade, de sua extensão e da sua relação com a sociedade. A concepção assistencialista vê a extensão como uma prestação de serviços na forma de cursos, conferências, serviços técnicos e assistenciais, a relação com a sociedade tendendo a ser unívoca. A universidade procura atender necessidades sociais através de programas e atividades esporádicas para a resolução de problemas de maneira imediata e paliativa, sem

discussão das causas e sem que haja incentivo para uma intervenção mais organizada. Embora ainda persista a concepção assistencialista, uma nova postura para a extensão tem se observado nas universidades federais: a extensão passa a ter uma função acadêmica, fazendo parte do currículo, promovendo a interdisciplinaridade, a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa e a integração com a sociedade. Na concepção acadêmica, os projetos procuram articular os diversos saberes com a realidade social, numa relação dialógica de troca de conhecimentos entre os agentes. Desse modo, a extensão passa a fazer parte da dinâmica pedagógica curricular e da produção do conhecimento. Nas palavras da autora:

Os princípios da integração ensino-pesquisa, teoria e prática que embasam a concepção de extensão como função acadêmica da universidade revelam um novo pensar e fazer, que se consubstancia em uma postura de organização e intervenção na realidade, em que a comunidade deixa de ser passiva no recebimento das informações/conhecimentos transmitidos pela universidade e passa a ser, participativa, crítica e construtora dos possíveis modos de organização e cidadania. A confirmação da extensão como função acadêmica da universidade não passa apenas pelo estabelecimento da interação ensino e pesquisa, mas implica a sua inserção na formação do aluno, do professor e da sociedade, na composição de um projeto político-pedagógico de universidade e sociedade em que a crítica e autonomia sejam os pilares da formação e da produção do conhecimento (Jezine, 2004, p. 03).

Essa concepção, ressalta Jezine (2004), foi formulada em meio a movimentos sociais e está ligada à ideia de que a relação extensão-sociedade pode mudar a realidade social. A concepção acadêmica foi a inspiradora da atuação do FORPROEX. A autora ainda explica que com a globalização da economia e a redução de gastos do Estado com instituições sociais, no contexto do neoliberalismo e da ideologia da privatização universitária, surge a concepção mercantilista para a extensão, em que o produto da universidade passa a ser mercadoria e a extensão se torna um canal para o processo comercial se realizar. As ações extensionistas têm de acordo com essa concepção, a finalidade de atender às demandas da sociedade que não são vistas como carências sociais. A função mercantilista é realizada através de parcerias e a venda de produtos da universidade. A autora salienta que é preciso refletir sobre essas três concepções de extensão porque de acordo com a concepção escolhida, haverá consequências para a prática curricular universitária e para a sociedade.

Vários estudiosos criticam o caráter assistencialista que a extensão apresentou durante muito tempo e destacam a necessidade de haver uma maior interlocução com a sociedade. Carbonari e Pereira (2007) fazem um resumo da extensão universitária no Brasil mostrando que ela passou de uma experiência assistencialista para uma com características gestoras visando a sustentabilidade. As primeiras atividades extensionistas no Brasil

começaram na década de 1920 através de cursos e palestras da Universidade Livre de São Paulo abertos ao público mas, foi a partir dos movimentos populares dos anos 1960 que a extensão passa a se preocupar com a realidade social e a querer mudá-la. Durante a revolução militar, a Reforma Universitária de 1968 tira a autonomia das Instituições de Ensino Superior (IES) e bloqueia sua comunicação com a sociedade, impedindo-as de participar da transformação da realidade. Com o reaparecimento de movimentos sociais na década de 1980, a universidade passa a usar a extensão para garantir os direitos humanos mas ainda utiliza práticas de assistência. Em 1987 foi criado o FORPROEX com a preocupação de coordenar e valorizar a extensão universitária das universidades públicas brasileiras. Já em 1996, a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* prega a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Muito se discutiu sobre as funções da extensão. Atualmente acredita-se que esta deva ser a ligação entre as IES e a realidade regional, vinculando o ensino e a pesquisa às necessidades das pessoas para a promoção do desenvolvimento local e nacional e a construção da cidadania. As autoras ainda ressaltam que a extensão também é importante para a formação de profissionais mais éticos e responsáveis socialmente e que ao longo do tempo, as funções da universidade foram definidas de acordo com as relações que ela estabelece com a sociedade e o governo. Ultimamente, a universidade, através da extensão realiza funções fora do campus, junto às comunidades. A universidade foi criticada por ter praticado atividades extensionistas de modo assistencialista, domesticador ou para se adequar a programas de governo, o que significava a perda de sua autonomia. Frequentemente essas atividades eram consideradas apenas complementares. No atual contexto, a partir do diálogo da universidade com o governo e a comunidade, acredita-se que a extensão deva estar ligada a princípios de sustentabilidade.

Monteiro e Sacramento (2010) discutem o papel da extensão universitária. Afirmam que é preciso haver uma valorização da extensão universitária porque ela:

é o eixo do tripé institucional da universidade que dialoga com a sociedade por meio do desenvolvimento de programas e projetos que atuam na realidade social. Os outros dois eixos, ensino e pesquisa, são aqueles com os quais a extensão deveria se articular para que a universidade cumprisse plenamente a sua função social (Monteiro e Sacramento, 2010, p. 2).

As autoras citam Paulo Freire e sua posição de que um nome melhor para extensão seria comunicação para indicar a necessidade de existência de diálogo entre a universidade e a sociedade.

Santos et al. (2014) referem-se à extensão universitária como uma política de educação que orienta políticas públicas e que a universidade, tendo a obrigação de formar

profissionais com visão crítica e humanista, deve aproximar os estudantes da realidade social. Nesse sentido, a extensão permite à universidade orientar políticas públicas que visem o desenvolvimento local e regional. Aproximando-se da comunidade, ela pode refletir sobre suas necessidades e propor soluções. Mas é preciso que a extensão deixe a característica assistencialista para estimular ações políticas realmente transformadoras.

O trabalho de Pimentel (2015) centra-se na "concepção de extensão universitária como difusora de políticas públicas, de transformadora da realidade social, parceira da sociedade neste processo de mudança e de novas realidades..".(Pimentel, 2015, p. 38).

Do exposto, percebe-se que a crescente valorização da extensão bem como a reavaliação de seu significado, vieram para fortalecer a função social da universidade.

2.1. Função social da universidade

Em seu livro *A aventura da Universidade*, Buarque (1994) destaca que a academia tem uma função social que é a de gerar saber para permitir que a sociedade funcione. A crise da universidade muitas vezes ocorreria exatamente por ela não conseguir definir quais são os problemas que a formação e a pesquisa devem resolver:

A injustiça da universidade pública não reside no fato de que nela só entram os filhos dos ricos — isso é injustiça social. A injustiça da universidade está em que todos aqueles que dela saem trabalhem apenas para os ricos, em decorrência da estrutura, do currículo e dos métodos de trabalho. Formar e ser elite intelectual não é erro, é obrigação. Errado é só servir à elite econômica e social. (Buarque, 1994, p. 117)

Silva (2001) também discute a função da universidade pública. Afirma que, com a entrada do setor privado no ensino superior, após a ditadura militar, os parâmetros de eficiência e lucratividade passam a superar ideais pedagógicos. Segundo o autor, a universidade pública passa nesse período a sofrer pressões para ter eficiência organizacional, pressionada em parte pela expansão do ensino privado - normalmente entendido como mais próximo das necessidades do mercado, priorizando a formação de profissionais para essa demanda, enquanto as universidades públicas seriam, muitas vezes, acusadas de serem arcaicas e ineficientes devido, exatamente, ao seu distanciamento das necessidades imediatas do mercado. No entanto, seria graças a esse afastamento “que a universidade pública pode cumprir o seu papel histórico e social de produção e disseminação do conhecimento” (Silva,

2001, p. 299). Outra análise significativa sobre o papel crítico potencial e necessário para a universidade pública atual aparece no trabalho da filósofa Marilena Chauí (2003). Segundo a autora, com as revoluções sociais do século XX teria ocorrido uma conscientização de que educação é *direito de cidadania* e a universidade passa a se preocupar com a democratização da educação e diante das desigualdades sociais, passa a defender o ideal socialista, tornando-se democrática. Entretanto, a última Reforma do Estado (no âmbito do projeto neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso, com a criação do MARE e depois a Reforma do Estado de 1994) definiu educação, saúde e cultura como serviços não exclusivamente públicos, fazendo com que a universidade se transforme numa organização e não uma instituição social, o que é diferente porque como organização deve ser gerida com eficiência de acordo com seus princípios mas não questiona sua existência nem sua participação nos movimentos sociais e de instituição social a universidade assume o papel de prestadora de serviços. Segundo Pimentel (2015, p: 51):

A década de 90 foi marcada por uma política de ajustes fiscais que implicaram na contenção de gastos públicos e investimentos na área educacional brasileira, amparados pelos documentos do Banco Mundial que impunham veladamente, uma reestruturação na política interna do país. Ao estabelecer as bases para a 'nova política educacional', o país adota uma flexibilização na política da educação superior propiciando a proliferação de instituições privadas e uma política de financiamento de estudos às classes menos favorecidas, como forma de subsidiar as instituições privadas. O Estado torna-se o responsável pelo monitoramento e controle do serviço ofertado pelas universidades privadas, como também pelo financiamento e acompanhamento das ações das instituições públicas.

O arranjo neoliberal vigente, orientado por uma percepção de que o capitalismo atual divide todas as esferas sociais como se fossem organizações que precisam se adaptar às condições existentes, ressignifica o papel e função da universidade - agora vista como organização, com metas de eficácia e eficiência a cumprir (cf. Matos, 2013).

Avança a perspectiva produtivista, sendo a ação universitária avaliada pelo número de publicações, congressos e relatórios, a docência encarada como uma transmissão rápida de conhecimento (sem a preocupação com a verdadeira formação), enquanto a pesquisa segue as diretrizes organizacionais, focando-se na resolução de problemas (afastando-se da reflexão e da crítica). Além disso, a submissão das pesquisas às exigências do capital fez da ciência um componente do próprio capital. Chauí (2003) ainda salienta que o Estado não deve olhar a universidade como gasto mas como investimento social e político. Para isso a educação precisa ser vista como direito, não como um serviço. Um Estado democrático visa

os direitos sociais e a democratização da universidade. A verdadeira formação significa reflexão e crítica. Mudar a universidade com base na formação e na democratização implica em torná-la um direito universal do cidadão, em lutar contra a privatização da universidade pública, em conferir-lhe autonomia para decidir suas próprias linhas de pesquisa.

Boaventura Sousa Santos (2004) no seu texto *A Universidade do século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade* discute as alterações sofridas pelas universidades no final do século XX e início do XXI. A universidade pública passou a viver uma crise institucional devido a uma diminuição de verbas para seu funcionamento consequente ao modelo neoliberal que não priorizava as políticas públicas. Segundo suas palavras:

A perda de prioridade na universidade pública nas políticas públicas do Estado foi, antes de mais, o resultado da perda geral de prioridade das políticas públicas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido por neoliberalismo ou globalização neoliberal que, a partir de 1980, se impôs internacionalmente (Sousa Santos, 2004, p. 09).

Com a diminuição de verbas resultante da implantação do neoliberalismo, a universidade perde sua autonomia e se vê obrigada a funcionar como uma empresa e a produzir conhecimento para uso imediato, especialmente fazendo parcerias com a indústria. Boaventura afirma que a universidade deve resistir a esse modelo o que envolve

a promoção de alternativas de pesquisa, de formação, de extensão e de organização que apontem para democratização do bem público universitário, ou seja, para o contributo específico da universidade na definição e solução coletivas dos problemas sociais, nacionais e globais (Sousa Santos, 2004, p. 44).

Sobre a extensão, o autor diz que, contrariamente ao que pretende o capitalismo, que é usá-la a seu serviço, as atividades de extensão devem ser concebidas como "modo alternativo ao capitalismo, atribuindo às universidades uma participação ativa na coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural"(Sousa Santos, 2004, p. 54).

A responsabilidade social tem estado presente no modo de planejar e agir da UFSCar. Em 2004 foi aprovado o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) pelo ConsUni (Conselho Universitário). Esse documento foi construído de modo democrático através de amplas discussões com a comunidade interna e externa da universidade, contendo um conjunto de princípios que são a base para diretrizes gerais e específicas as quais devem

orientar as ações da UFSCar. Esses princípios atestam a responsabilidade social da instituição. Segundo o PDI UFSCar-2004:

Princípios expressam a razão de ser da Instituição, seus valores, sua missão. Nos dez Princípios apresentados a seguir, a universidade expõe suas bases consensualmente compartilhadas, seus compromissos fundamentais:

- Excelência acadêmica
- Universidade compromissada com a sociedade
- Gratuidade do ensino público de graduação e pós-graduação stricto sensu
- Indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão
- Livre acesso ao conhecimento
- Universidade promotora de valores democráticos e da cidadania
- Gestão democrática, participativa e transparente
- Universidade ambientalmente responsável e sustentável
- Valorização da dedicação integral ao ensino, pesquisa e extensão
- Integração da Universidade no sistema nacional de ensino (PDI-UFSCar, 2004, p. 20).

Para exercer sua função social, a universidade precisa de suas atividades de extensão porque, como já foi ressaltado, é por meio destas que ocorre a articulação entre as ações da academia e as ações dos demais grupos sociais no entorno da ação e localização da instituição. Cumpre lembrar também que a universidade pública no Brasil é financiada com recursos extraídos de toda a sociedade e deveria, por coerência (inclusive com sua natureza de Instituição pública), direcionar suas atividades e metas para ganhos que sejam expressivos socialmente: quer universais - como produção de conhecimento autônomo -, quer focalizado - como as exigências de desenvolvimento, devolutiva social ou inclusão e equidade. A valorização progressiva da extensão universitária culminou numa série de acontecimentos e medidas que promoveram a sua institucionalização.

2.2. A institucionalização e o reconhecimento da importância da extensão universitária

A institucionalização da extensão universitária ocorreu a partir de vários marcos, fases e momentos. Bemvenuti (2006) no seu artigo sobre a institucionalização da extensão universitária cita que na América Latina, o Manifesto de Córdoba de 1918 (Argentina), é referência histórica para a extensão. Este manifesto, escrito pelos estudantes

reivindicava a abertura da universidade para os problemas sociais. No Brasil, as atividades extensionistas se iniciam no período de 1914-1917 com a Universidade Popular da Universidade de São Paulo através das Lições Públicas que eram conferências abertas ao público em geral. Fatos importantes para a institucionalização da extensão no Brasil, segundo a autora:

1931 – O Estatuto da Universidade Brasileira (decreto nº 19851/31) associa extensão à elevação cultural daqueles que não participam da vida universitária.

1961 – A LDB nº 4024 refere-se às atividades extensionistas como cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão direcionados à comunidade externa.

1960-1964 – Os estudantes, através da União Nacional dos Estudantes, pediam uma Reforma Universitária em que a universidade estivesse ligada às classes populares, atuando através de cursos, serviço social e apoio a decisões governamentais.

1964 – A partir do golpe militar de 1964, a extensão foi estimulada mas tinha uma concepção assistencialista e seu objetivo era contribuir para a segurança do território nacional.

1968 – Criado o projeto Rondon através do Ministério do Interior e das Forças Armadas que procurava integrar os estudantes com a realidade do país.

1987 – Realizado o I Encontro Nacional de Pró- Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) com o objetivo de coordenar as ações de extensão entre as universidades. Desde sua criação o FORPROEX:

planejou várias ações de intermediação para regulamentar, reconhecer e financiar as ações de extensão universitária... junto às instâncias do governo federal, organizações não governamentais, movimentos sociais e entidades civis" (Pimentel, 2015, p. 16).

1988 – A Constituição Brasileira prega, no seu artigo 207, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades brasileiras.

1993 – A Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC cria o PROEXTE (Programa de Fomento à Extensão Universitária) que inaugura o financiamento de atividades de extensão. Este programa foi interrompido em 1995, retornando posteriormente.

1996 – Na LDB nº 9394, artigo 43, inciso VII, lê-se "promover a extensão universitária, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição".

2001 - Plano Nacional de Educação (2001-2010) que determina que 10% dos créditos curriculares devem ser cumpridos com atividades de extensão.

2003 – Retorno do PROEXTE agora com o nome de PROEXT com o objetivo de dar apoio às instituições de nível superior no desenvolvimento de projetos ligados à implementação de políticas públicas.

O FORPROEX, através de sua Comissão Permanente de Avaliação da Extensão (CPAE) fez um estudo comparativo do perfil da extensão existente nos anos de 1993 e 2004 que permitiu avaliar como evoluiu a institucionalização da extensão universitária pública brasileira nesse período. O estudo permitiu observar que houve mudanças de posicionamento da Secretaria de Educação Superior/MEC (SESu) que "passou do apoio à institucionalização e à realização de programas e projetos, em 1993, a uma posição de rara interferência e de ausência de fomento e de políticas para a extensão na década seguinte" (FORPROEX/CPAE, 2007, p. 33).

A SESu volta a apoiar a extensão em 2003 com a criação do PROEXT. O FORPROEX, entretanto, se manteve ativo na reafirmação de conceitos e diretrizes, preocupando-se com a institucionalização e sistematização das atividades extensionistas apesar da falta de apoio do governo. Em relação a 1993, o estudo mostrou que em 2004, as Instituições de Pesquisa de Ensino Superior (IPES) estavam mais convictas da função que tem a atividade extensionista para articular ensino e pesquisa, enfim da indissociabilidade que deve haver entre ensino, pesquisa e extensão. Observou-se também que a regulamentação da extensão foi fortalecida durante o período estudado: boa parte das instituições passou a utilizar documentos aprovados e divulgados nas instâncias colegiadas da universidade para definir suas diretrizes políticas. O estudo revela ainda que, no final do período da pesquisa, a extensão já envolvia grande número de docentes, técnico-administrativos, e discentes apesar da dificuldade de se adquirirem recursos. A pesquisa também mostra que as IPES estão se comunicando com a sociedade através de convênios, reafirmando o compromisso social da universidade, o que é feito não pela substituição do Estado mas, através de práticas capazes de alicerçar políticas públicas. O estudo ainda ressalta a importância de terem sido instituídos processos avaliativos nos últimos anos do período pesquisado. Essa avaliação permite verificar como a atividade extensionista impacta tanto a comunidade interna universitária como a sociedade.

Pelo que foi apresentado pode-se inferir a importância que teve essa mobilização das universidades através do FORPROEX no sentido de valorizar e

institucionalizar a extensão e reafirmando com isso a função social que as universidades públicas devem ter.

2.3. Trajetória e diretrizes do FORPROEX

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) foi criado para articular e definir políticas acadêmicas comuns entre as Pró-Reitorias de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior do Brasil. Esta entidade reúne-se anualmente e procura uma integração constante com a sociedade para manter as universidades inseridas nela. O fórum é dirigido pela Coordenação Nacional que é eleita durante o Encontro Nacional. Durante o I Encontro Nacional de Pró Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras em 1987 foi criada a Rede Nacional de Extensão (RENEX) que mantém atualizado o cadastro das instituições integrantes e divulga suas ações de extensão. Em 1999, o FORPROEX juntamente com a SESu/MEC publicam o Plano Nacional de Extensão Universitária apresentando a política nacional de extensão desses órgãos, definida a partir de amplos debates da comunidade universitária. O Plano define como suas diretrizes a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, a interdisciplinaridade e a integração com a sociedade e permite, segundo o próprio texto destaca:

- 1) a possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras;
- 2) a garantia de recursos financeiros destinados à execução de políticas públicas correlatas, viabilizando a continuidade dos referidos programas;
- 3) o reconhecimento, pelo poder público, de que a extensão universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de universidade cidadã;
- 4) a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no país (Plano Nacional de Extensão Universitária, 1999, p. 05).

Segundo o referido Plano, a extensão universitária pode ser realizada através de projetos, programas, eventos, serviços, difusão de publicações e outros produtos acadêmicos e o trabalho deve ser sistematizado segundo os seguintes temas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho. O documento enfatiza que as atividades extensionistas devem participar da implementação de políticas públicas voltadas para a maioria da população e facilitar o acesso ao conhecimento e desenvolvimento tecnológico, contribuindo para o desenvolvimento regional. Desde a sua criação, o FORPROEX vem se mantendo bastante ativo produzindo

documentos e ações no sentido de articular as atividades e as políticas acadêmicas de extensão das universidades públicas brasileiras.

Como exemplo dos resultados das diretrizes propostas pelo FORPROEX temos o fortalecimento nos últimos anos do mais amplo e vigoroso edital de fomento à extensão praticada pelas universidades brasileiras: o Edital PROEXT (lembrando o quanto é importante a participação governamental no financiamento da extensão universitária). O Ministério da Educação (MEC) criou em 2003 o Programa de Extensão Universitária (PROEXT) com o objetivo de dar apoio às instituições públicas de nível superior federais, estaduais e municipais, para o desenvolvimento de projetos ligados à implementação de políticas públicas, principalmente aquelas relacionadas com a inclusão social. O PROEXT define a extensão do seguinte modo:

processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade, mediados por alunos de graduação orientados por um ou mais professores, dentro do princípio constitucional da indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa (Edital PROEXT 2014, p. 2).

Para receberem recursos, as Instituições Públicas de nível superior devem concorrer a editais apresentando programas ou projetos ligados às políticas públicas, principalmente as de natureza social e devem envolver estudantes de graduação das instituições. Ampliados a cada ano, o PROEXT estabelece como linhas temáticas e objetos da ação extensionista os seguintes focos:

- Educação;
- Cultura e arte;
- Pesca e agricultura;
- Promoção da saúde;
- Desenvolvimento urbano;
- Desenvolvimento rural;
- Estágios Interdisciplinares de Vivência – EIV;
- Redução das desigualdades sociais e combate a extrema pobreza;
- Geração de trabalho e renda por meio do Apoio e Fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários;
- Preservação do patrimônio cultural Brasileiro;
- Direitos humanos;

- Promoção da igualdade racial;
- Mulheres e relações de gênero;
- Esporte e lazer;
- Comunicação;
- Inclusão produtiva e desenvolvimento regional: Rotas de Integração Nacional;
- Justiça e direito do indivíduo privado de liberdade;
- Ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social;
- Meio Ambiente e Recursos Naturais;
- Juventude; Articulação e Participação Social.

Outro aspecto importante sobre este edital é a necessária contrapartida e aceitação das comunidades atingidas/destinatárias das ações extensionistas de cada IFES - estabelecendo assim um marco de diálogo, reciprocidade e respeito (sem subalternizar a comunidade como "recedora" de um bem cedido hierarquicamente pelas instituições acadêmicas).

Feitas estas colocações gerais sobre a universidade e a extensão universitária, o próximo capítulo tratará especificamente da UFSCar e de seu entorno geográfico, social e econômico, do município São Carlos - campus sede da instituição e recorte de análise das ações extensionistas neste trabalho.

CAPÍTULO III – ATIVIDADES DE EXTENSÃO NA UFSCAR/SÃO CARLOS

Inicialmente será feita uma breve apresentação do município de São Carlos e da UFSCar e posteriormente será feita uma descrição sobre como são organizadas as ações de extensão da universidade.

3.1. Contexto socioeconômico do município de São Carlos

A cidade de São Carlos, distante 235 quilômetros da capital do estado de São Paulo, foi fundada em 4 de novembro de 1857, época em que era uma pequena povoação composta por casas ao redor de uma capela. Em 1865 é elevada à categoria de vila e em 1880, à de cidade. Iniciou sua atividade econômica com lavouras de café. Nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, recebeu imigrantes para trabalharem nas plantações de café. Com a crise deste em 1929, houve desenvolvimento do centro urbano e da indústria. Em abril de 1953 é implantada a Escola de Engenharia de São Carlos ligada à USP e na década de 70 é criada a UFSCar fatos que representaram um grande impulso para o desenvolvimento educacional e tecnológico da cidade.

De acordo com Bosi (2000), a cidade de São Carlos apresenta uma boa integração entre a sociedade e a universidade pública. Sua concentração de doutores é a maior da América Latina. A USP e a UFSCar surgiram direcionadas para as ciências exatas e deste modo, a tecnologia passou a ser a maior riqueza do município. Dezenas de empresas se instalaram na cidade, atraídas pela mão de obra de alto nível. São Carlos também fornece condições para a criação de novos empreendimentos ao financiar pesquisadores interessados em montar sua própria empresa. É o que se chama “incubadoras” de empresas como é o caso do Parque Tecnológico (ParqTec). Este foi criado em 1984 pelo CNPQ com apoio da USP e da Prefeitura Municipal de São Carlos (PMSC) com objetivo de “institucionalizar a transferência de tecnologia da academia para o setor produtivo aumentando a competitividade da região” segundo o *site* do PaqTec.

Nos últimos anos, a cidade de São Carlos vem apresentando um desenvolvimento significativo. O jornal *Folha de São Paulo* de 22 de novembro de 2000 divulgou o resultado do Censo 2000 do IBGE (Instituto de Geografia e Estatística)

informando que São Carlos cresceu 9,99% entre os anos de 1996 e 2000. A população que era de 175.517 habitantes em 1996 passou a 193.068 em 2000, representando um expressivo crescimento em relação às demais cidades da região.

O Censo 2010 do IBGE mostra que São Carlos continuou crescendo de modo significativo. É importante destacar o bom nível do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do município bem como o alto índice de alfabetização de sua população residente. A seguir são apresentados alguns dados do IBGE sobre o município de São Carlos:

a) Área da unidade territorial: 1136,907 km².

b) população - em 2010: 221950 habitantes. Estimada em 2014: 238958 habitantes. População residente alfabetizada: 198599 habitantes. Expectativa de vida: 76,78 anos. Densidade demográfica: 195,15 hab/km².

c) IDHM em 1991: 0,620. IDHM em 2000: 0,736. IDHM em 2010: 0,85.

d) PIB per capita a preços correntes em 2012: R\$ 25.493,52 a/a.

O índice de mortalidade infantil representa o número de mortes de crianças de até um ano de vida para cada 1000 nascidas vivas e é um indicador de qualidade dos serviços de saúde, saneamento e educação. Segundo a Prefeitura Municipal de Saúde, dados de 2010 da Secretaria de Estado da Saúde e da Fundação Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), mostravam que São Carlos era a terceira cidade com o menor índice de mortalidade infantil entre as cidades de porte semelhante que registraram ao menos 1000 nascimentos. Em 2010, São Carlos registrou 2819 crianças nascidas vivas e 21 óbitos, representando um índice de mortalidade infantil de 7,4 mortes por mil nascimentos, índice que ficou abaixo apenas de Barretos e São José do Rio Preto.

Os valores dos orçamentos do município de São Carlos segundo seu *site* oficial são: R\$ 643.905.209,42 para 2014 e de R\$ 699.208.168,76 para 2015.

3.2. A UFSCar e o campus São Carlos

A Universidade Federal de São Carlos -UFSCar é a mais antiga instituição federal de ensino superior instalada fora de grande centro urbano no estado de São Paulo. A UNIFESP, criada oficialmente em 1994, originou-se da Escola Paulista de Medicina, instituição particular fundada em 1933 e federalizada em 1956. A UNIFESP instalou-se no

município de São Paulo e apenas após o REUNI ampliou suas atividades para outros municípios. Também após o REUNI outra universidade federal foi criada no estado: a UFABC. A UFSCar foi fundada em 1968 (conforme dados apresentados no *site* da universidade). Atualmente é constituída por quatro *campi*, sendo o principal localizado em São Carlos. Os outros *campi* são os de: Araras, Sorocaba e o Campus Lagoa do Sino localizado no município de Buri. O campus de São Carlos tem 645 hectares de extensão com 196 mil m² de área construída e possui, de acordo com o mesmo *site*:

300 laboratórios, uma biblioteca, um ambulatório, dois teatros, nove anfiteatros, 12 auditórios, um ginásio, um parque esportivo, sete quadras, duas piscinas, um restaurante universitário, quatro lanchonetes, 124 salas de aula e 672 vagas internas e externas de moradia estudantil. (UFSCar, 2015).

Os valores dos orçamentos da UFSCar são: R\$ 472.771.977,00 para o ano de 2014¹ e R\$ 512.170.270,00 para 2015. (embora este último valor possa sofrer cortes com as medidas de contenção de gastos que estão sendo colocadas em prática pelo governo federal no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff). A UFSCar conta com 907 docentes e 776 funcionários técnico-administrativos apenas no campus de São Carlos (dados de 2015).

Seu corpo docente é altamente qualificado sendo na grande maioria composto por doutores ou mestres. A UFSCar é composta de 48 departamentos divididos em oito centros que são:

Campus de São Carlos: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS; Centro de Educação e Ciências Humanas – CECH; Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia – CCET;

Campus de Araras: Centro de Ciências Agrárias - CCA;

Campus de Sorocaba: Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia - CCGT; Centro de Ciências e Tecnologias para a Sustentabilidade – CCTS; Centro de Ciências Humanas e Biológicas – CCHB.

Campus da Lagoa do Sino: Centro de Ciências da Natureza – CCN.

Cada um desses centros é dividido em diversos departamentos. São 62 cursos e 2.807 vagas na modalidade presencial (dados de 2015). A universidade ainda oferece cursos na modalidade à distância com vários pólos distribuídos pelo interior do Estado de São Paulo. A UFSCar vem sofrendo um processo de expansão muito grande desde sua adesão ao REUNI

¹ Esse valor de orçamento total da UFSCar para 2014 equivale a 73,4% do valor do orçamento total do município de São Carlos para o mesmo ano. Um ingresso desse porte impacta as economias locais embora nem todo esse valor gere renda, consumo e gastos nos municípios onde está instalada a UFSCar.

(Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). Através do decreto presidencial nº 6096 de 24 de abril de 2007, foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Diz o texto no seu Art. 1º que o objetivo do Reuni é "criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais". A meta do programa é aumentar o índice de conclusão dos cursos de graduação presenciais e a relação de alunos por professor nesses cursos. Entre as diretrizes do programa estão: diminuição da taxa de evasão e aumento de ocupação de vagas ociosas; implantação de regimes curriculares que permitam maior mobilidade dos estudantes; reorganização dos cursos para elevar a qualidade do ensino; melhorar a assistência estudantil; articular a educação de graduação à de pós-graduação e da educação superior com a básica. Cada universidade interessada na adesão ao Reuni deve apresentar seu plano de reestruturação para receber recursos do Ministério da Educação.

O REUNI parte do pressuposto que a autonomia da universidade deve ser mantida. Não exige a adoção de um modelo único e respeita a diversidade das instituições. Ao lado do aumento do número de vagas e da diminuição da evasão dos alunos, deve haver também uma elevação da qualidade do ensino. Em 2008 foi apresentada ao Conselho Universitário a proposta de adesão da UFSCar ao Programa REUNI. Foram apresentadas tabelas com a previsão de gastos de custeio anuais a partir de 2008 até 2012. Esses gastos levavam em conta a contratação de servidores e docentes e fornecimento de bolsas. Propunha-se a expansão de vagas em cursos já existentes e também a criação de muitos cursos novos o que realmente vem acontecendo. A UFSCar desde 2008 vem apresentando um crescimento acelerado de suas vagas e instalações.

3.3. A extensão universitária na UFSCar e a ProEx

A UFSCar se dedica intensamente às três funções que uma universidade deve exercer: ensino, pesquisa e extensão e tem para esta, uma política bem definida. Segundo o *site* oficial da ProEx (Pró-Reitoria de Extensão) da UFSCar:

A política de extensão adotada nos últimos anos na UFSCar está comprometida com o fortalecimento da função da Universidade, isto é, produzir, sistematizar e difundir conhecimento, desenvolvendo suas atividades de pesquisa e ensino interligadas com as demandas dos setores externos (vários segmentos da população) por meio de ações de extensão. (ProEx, UFSCar, 2015)

Através de seus Programas de Extensão ocorre integração entre professores, alunos e funcionários de diferentes áreas do conhecimento para desenvolverem projetos de interesse social. O setor responsável pela gestão das atividades de extensão da UFSCar é a Pró-Reitoria de Extensão (ProEx).

A ProEx/UFSCar foi criada através da Resolução nº 52 do Conselho Universitário (ConsUni) de 21/12/1988 durante reestruturação administrativa da UFSCar. Cabe ao pró-reitor de extensão, além da organização da burocracia, editais e gestão administrativa das atividades de extensão, presidir o Conselho de Extensão (CoEx) e a Câmara de Atividades de Extensão (CAEx) deste Conselho.

A ProEx é assessorada por cinco coordenadorias: Coordenadoria de Atividades de Extensão (CAE), Coordenadoria de Cursos de Extensão (CC-ProEx), Coordenadoria de Cultura (CCult), Coordenadoria de Projetos Especiais (CPEs) e Coordenadoria de Apoio a Eventos (CAEv) e sete núcleos de extensão: Núcleo de Extensão UFSCar-Cidadania (NuCid), Núcleo de Extensão UFSCar-Empresa (NuEmp), Núcleo de Extensão UFSCar-Escola (NuEsc), Núcleo de Extensão UFSCar-Município (NuMun), Núcleo de Extensão UFSCar-Saúde (NuSau), Núcleo de Extensão UFSCar-Sindicato (NuSin) e Núcleo Educação, Tecnologia e Cultura (NETC-So).

O CoEx é o órgão superior deliberativo sobre as ações de extensão da universidade e é composto pelos seguintes membros: Pró-Reitor (que é seu presidente), um representante de cada conselho de Centro, um representante de cada departamento, por representantes do corpo discente de graduação, representantes do corpo discente de pós-graduação e por representantes do corpo técnico-administrativo, estes últimos eleitos por seus pares.

A Câmara de Atividades de Extensão (CAEx) do Conselho de Extensão (CoEx) é um órgão vinculado a este tendo função consultiva, normativa e deliberativa sobre as ações extensionistas da UFSCar, sendo formado pelos seguintes membros do CoEx: Pró-reitor (presidente), um representante dos Coordenadores da ProEx, um representante docente de cada Centro Acadêmico da UFSCar, um representante do corpo discente e um representante do corpo técnico administrativo.

Na Figura 1 é apresentado o organograma funcional da ProEx, conforme material retirado do próprio site da Pró-Reitoria de Extensão .

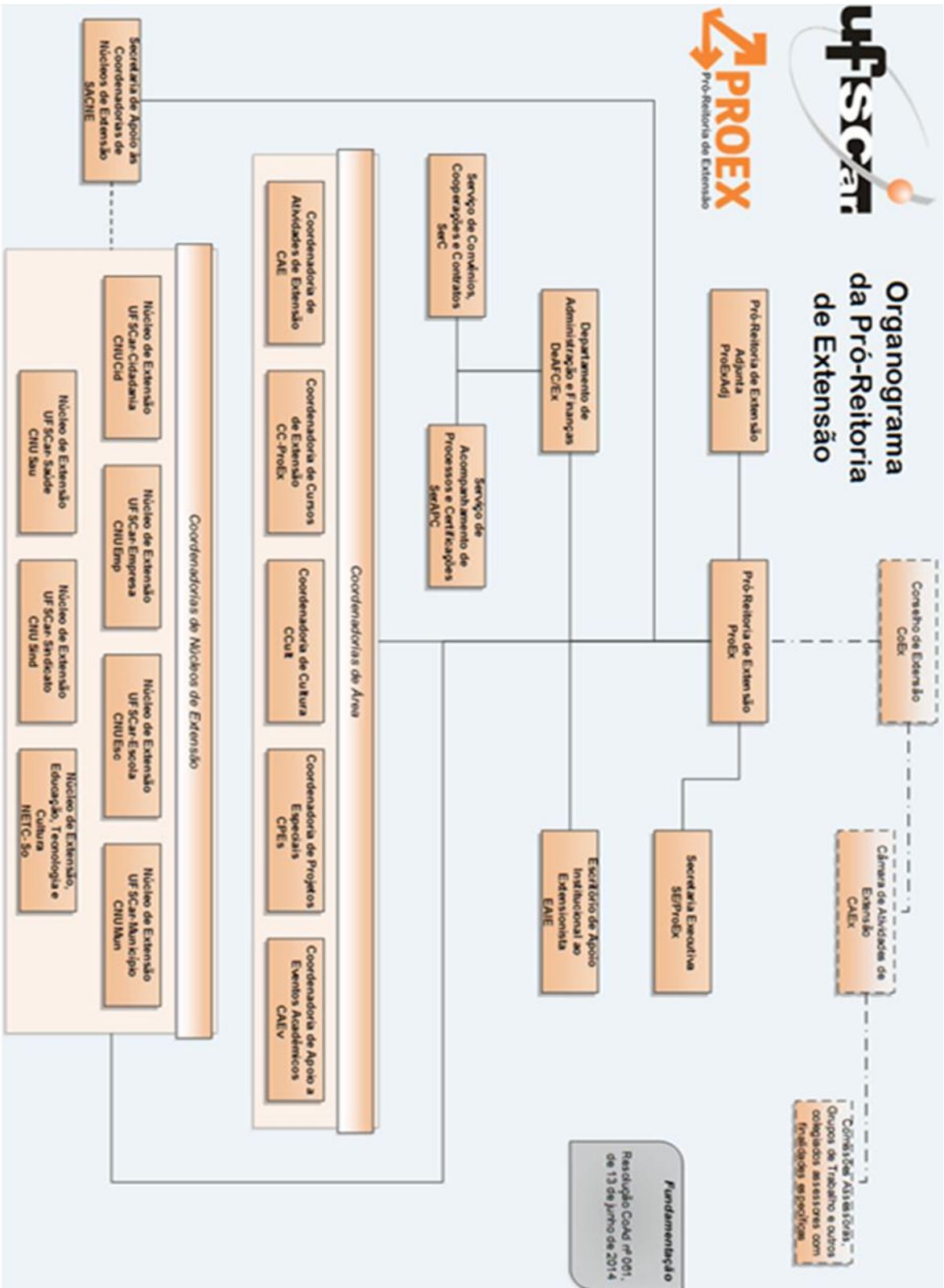


Figura 1 - Organograma Pró-Reitoria de extensão – UFSCar

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão - UFSCar

3.3.1. Coordenadorias e Núcleos de Extensão

Conforme anteriormente informado, a ProEx é assessorada por cinco coordenadorias, que correspondem aos focos temáticos e estratégicos das atividades extensionistas desenvolvidas na UFSCar:

- 1 - Atividades de Extensão - Coordenadoria de Atividades de Extensão (CAE)
- 2 - Cursos de Extensão - Coordenadoria de Cursos de Extensão (CC-ProEx)
3. Cultura - Coordenadoria de Cultura (CCult)
4. Projetos Especiais - Coordenadoria de Projetos Especiais (CPEs)
5. Eventos - Coordenadoria de Apoio a Eventos (CAEv).

As coordenadorias têm a função de assessorar a ProEx na gestão, acompanhamento e avaliação das atividades e programas de extensão e no financiamento e concessão de bolsas de extensão vinculadas aos editais da pró-reitoria.

Com a finalidade de aproximar a UFSCar da comunidade, em 1996, a ProEx criou seis Núcleos de Extensão com foco nos seguintes segmentos e interesses sociais: escola, empresa, saúde, município, sindicato e cidadania. Recentemente foi criado o Núcleo Educação, Tecnologia e Cultura ligado ao campus de Sorocaba. A criação dos núcleos foi mais um passo para consolidar a extensão na UFSCar, tendo sido feita uma pequena modificação de sua estrutura organizacional de modo a permitir uma melhor atuação junto à comunidade, estimulando e coordenando novas atividades. Segundo a *Proposta de Criação dos Núcleos de Extensão UFSCar-Sociedade*:

Uma estrutura de núcleos de extensão, em paralelo à estrutura de departamentos, poderá permitir uma relação mais estreita, organizada e ágil da Universidade com alguns segmentos sociais e além disso, poderá viabilizar a formulação e avaliação da atuação da Universidade junto à sociedade. (ProEX, UFSCar, 2015)

Cada núcleo está subordinado administrativamente à ProEx e possui um coordenador designado pelo pró-reitor de extensão. Os núcleos atuam predominantemente na promoção das atividades e programas de extensão. De acordo com o site da ProEx:

Tais Núcleos foram criados para fortalecer as relações, para sistematizar as informações e para orientar as ações, a formulação, a implementação e a avaliação de programas, projetos e atividades voltadas para determinados segmentos da sociedade. (ProEX, UFSCar, 2015)

A proposição dos núcleos levou em conta a importância que a universidade dá

a esses segmentos sociais. A missão dos núcleos é a de coordenar as relações da universidade com os segmentos sociais e contribuir para a política de atuação da UFSCar em relação à sociedade. Os núcleos de extensão tem como função organizar, promover/provocar, fomentar ou amparar o desenvolvimento da ação extensionista em sete focos estratégicos:

Núcleo de Extensão UFSCar-Cidadania (CNUCid). Este núcleo tem por objetivo colaborar para a construção da cidadania direcionando suas ações predominantemente para os segmentos sociais impedidos de exercê-la. As atribuições desses núcleos são entre outras: identificar as carências principais da população da região e estimular a realização de projetos e atividades para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

Núcleo de Extensão UFSCar-Empresa (CNUEmp): A UFSCar desde sua fundação realizou muitas atividades junto a empresas a partir de iniciativas individuais de docentes e departamentos. A criação do núcleo visa estreitar esse relacionamento, facilitando o acesso das empresas à universidade e a transferência de conhecimentos produzidos pela pesquisa para a sociedade.

Núcleo de Extensão UFSCar-Município (CNUMun) - O Núcleo de Extensão UFSCar-Município visa estreitar as relações da universidade com municípios e administrações municipais. O núcleo realiza atividades e projetos orientados para a resolução de problemas locais e voltados para promover o desenvolvimento da região. A prefeitura é importante para a universidade para a disseminação de seu conhecimento a todas as pessoas do município e a universidade, por outro lado contribui com conhecimentos para a prefeitura melhorar sua gestão.

Núcleo UFSCar-Escola (CNUEsc). Este núcleo tem o objetivo de articular as atividades da UFSCar com instituições e agentes educacionais dos vários níveis de ensino, ajudando a resolver seus problemas e melhorando o nível de educação da comunidade.

Núcleo UFSCar-Saúde (CNUSau). Com esse núcleo, a universidade procura interagir com a comunidade e instituições de saúde pública (municipais, estaduais e federais) e privadas para desenvolver programas e atividades para melhoria da saúde da população.

Núcleo UFSCar-Sindicato (CNUSind). Este núcleo desenvolve atividades ligadas aos sindicatos e trabalhadores. Interagindo com estes através de suas organizações locais e nacionais busca-se promover melhores condições de vida para os trabalhadores.

Núcleo ETC - Educação, Tecnologia e Cultura (NETC-Sorocaba). Este núcleo está localizado no campus Sorocaba da UFSCar e foi criado para reunir atividades de

extensão de alunos, docentes e técnico-administrativos que promovam a difusão do conhecimento e a interação da universidade com a comunidade da região.

3.3.2. Recursos Humanos e Orçamento

A ProEx/UFSCar conta com os seguintes elementos: pró-reitor de extensão, pró-reitor de extensão adjunto, um coordenador em cada um dos sete núcleos de extensão e em cada uma das cinco coordenadorias de área, doze servidores técnico-administrativos (sendo cinco na Secretaria Executiva, quatro na Coordenadoria de Apoio a Eventos Acadêmicos, dois na Coordenadoria de Cultura e um na Secretaria de Apoio aos Núcleos de Extensão) e nove estagiários, além dos membros que compõem o CoEx que já foram enumerados acima.

Os valores dos orçamentos totais da ProEx são os seguintes: R\$ 1.557.824,00 para o ano de 2014 e R\$ 1.710.401,70 para o ano de 2015, segundo dados da própria ProEx.

3.3.3. Os tipos de atividades e ações da extensão na UFSCar

As atividades extensionistas da UFSCar são caracterizadas como programas e atividades. A ProEx define programa como uma proposta de planos/intenções para o desenvolvimento de atividades de extensão. A chefia do departamento interessado em desenvolver um programa de extensão deve apresentá-lo para a avaliação do Conselho Departamental respectivo e do Conselho de Extensão. Segundo a ProEx,

O Programa de Extensão, instituído na forma disciplinada nesta Portaria, constitui um conjunto de projetos e planos de atividades afins, os quais compõem uma das linhas de atuação de determinados departamentos acadêmicos junto à comunidade e cuja realização, em termos de qualidade, quantidade e oportunidade, é passível de previsão estimativa pelo órgão interessado. (Portaria GR 220/93, Art. 32)

Atividades incluem Projetos, Cursos, Eventos, ACIEPEs, Consultorias, Publicações e Produtos. De acordo com a ProEx: "Entende-se por atividade de extensão universitária aquela que é voltada para o objetivo de tornar acessível à sociedade o conhecimento de domínio da Universidade, seja por sua própria produção, seja pela sistematização do conhecimento universal disponível" (Portaria GR 220/93, Art. 3). A ProEx

define o que são tipos e subtipos de atividades do seguinte modo:

Atividade do tipo **ACIEPE**: A Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE) é uma experiência educativa, cultural e científica, implantada na UFSCar em 2002. Articulando o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e envolvendo professores, técnicos e alunos da UFSCar, procura viabilizar e estimular o seu relacionamento com diferentes segmentos da sociedade. Através do diálogo com os diferentes segmentos sociais é possível construir e reconstruir a realidade e se conhecer outros espaços de aprendizagem além das salas de aula e laboratórios. Os alunos, orientados por um professor poderão realizar várias atividades como: explorar realidades específicas através de levantamentos e pesquisa de campo; acompanhar projetos de extensão em andamento; viver práticas profissionais em situações concretas; desenvolver atividades culturais e realizar atividades pedagógicas com a população como ministrar cursos ou conferências. A ACIEPE se constitui como atividade complementar inserida nos currículos de graduação, com duração semestral de 60 horas e equivale a quatro créditos.

Atividade do tipo **Consultoria/Assessoria**: Realização de trabalho oferecido pela UFSCar ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgãos públicos, etc.). A consultoria, assessoria, prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem. Quando a prestação de serviço é oferecida como curso ou projeto deve ser registrada como tal (curso ou projeto). Subtipos da atividade do tipo *Consultoria/assessoria*: Cineclubes (Atendimento ao público em cineclubes das IES); Cirurgias (Intervenções cirúrgicas hospitalares e ambulatoriais); Consultas Ambulatoriais (Consulta ambulatorial ou domiciliar prestada por profissionais da área da saúde); Consultas de Emergência e Urgência (Consulta em situação que exige pronto atendimento: emergências e urgências); Consultoria/Assessoria (Análise e emissão de pareceres, assistência ou auxílio técnico, envolvendo pessoal do quadro, acerca de situações e/ou temas específicos); Contrato de Transferência de Tecnologia (Contrato de transferência de direito sobre tecnologia); Curadoria (Organização e manutenção de acervos e mostras de arte e cultura, envolvendo pessoal do quadro); Depósito de patentes e Modelos de utilidade (Depósitos e registro de patentes); Espaços e Museus Culturais (Atendimento a visitantes em museus e centros de memória das IES. Atendimento ao público em espaços culturais das IES); Espaços e Museus de Ciência e Tecnologia (Atendimento ao público em espaços de ciência e tecnologia das IES, como observatório, estação ecológica, planetário, jardim botânico, trilha da natureza, setores e laboratórios, etc); Exames Complementares (Radiologia,

ultrassonografia e outros exames por imagem, provas funcionais, endoscopia, etc); Exames Laboratoriais (Exames de patologia clínica e anátomo-patologia); Internações (Atendimento a pacientes internados); Laudos técnicos (Exames, perícias e laudos realizados pelas diversas áreas da IES, que oferecem serviço permanente, envolvendo pessoal do quadro. Inclui: análise de solos, exames agrônômicos e botânicos, análise farmacológica, qualidades de produtos, laudos psicológicos, antropológicos, perícia ambiental, dentre outros); Pesquisa Encomendada ou outros (incluem-se nessa categoria pesquisa encomendada, restauração de bens móveis e imóveis e outras prestações de serviços eventuais); Registro de Direitos Autorais (Registro de direitos autorais); Registro de Marcas e Software (Registro de marcas e softwares).

Atividade do tipo **Curso**: Ação pedagógica, de caráter teórico ou prático, presencial ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 08 horas e critérios de avaliação definidos. (OBS: Ações dessa natureza com menos de 08 horas devem ser classificadas como "evento"; prestação de serviço realizada como curso, deve ser registrada como curso). Subtipos da atividade do tipo *Curso*: Aperfeiçoamento (cursos que têm como objetivo aperfeiçoar o conhecimento sobre um campo específico do saber e geralmente exigem, como pré-requisito, a conclusão do curso superior - graduação ou curso sequencial. Curso com mínimo de 180 horas); Atualização (curso que objetiva principalmente atualizar e ampliar conhecimentos, habilidades ou técnicas em uma área do conhecimento); Especialização (pós-graduação lato sensu - curso com mínimo de 360 horas destinado a graduados); Especialização - Residência Multi-Profissional (Pós-graduação lato sensu, curso com mínimo de 360 horas destinado a graduados); Especialização - Residência Médica (Pós-graduação lato sensu, curso com mínimo de 360 horas destinado a graduados); Iniciação (curso, geralmente de curta duração, tem como objetivo a divulgação de um tema específico e oferecer noções introdutórias em uma área específica; não exige pré-requisitos de escolarização anterior ou de experiência profissional); Treinamento e qualificação profissional (curso que objetiva principalmente treinar e capacitar em atividades profissionais específicas).

Atividade do tipo **Evento**: Ação que implica na apresentação ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade. Subtipos da atividade do tipo *Evento*: Ciclo de Debates (encontros sequenciais que visam a discussão de um tema específico); Congresso (evento de grandes proporções, de âmbito nacional ou internacional, em geral com duração de 3 a 7 dias, que reúne participantes

de uma comunidade científica ou profissional ampla. Abrange um conjunto de atividades como: palestras, conferências, cursos, oficinas - ou workshop ou laboratório); Espectáculo (demonstração pública de eventos cênicos, musicais. Inclui: recital, concerto, show, apresentação teatral, exibição de cinema e televisão, demonstração pública de canto, dança e interpretação musical); Esportivo (inclui: campeonato, torneio, olimpíada, apresentação esportiva); Exposição (exibição pública de obras de arte, produtos, serviços, etc. Inclui: feira, salão, mostra, lançamento); Festival (série de ações/eventos ou espetáculos artísticos, culturais ou esportivos, realizados concomitantemente, em geral em edições periódicas); Mesa-Redonda/Palestras (eventos de um único dia ou participação numa atividade de algumas horas); Seminário/Encontro (eventos científicos de âmbito menor do que o congresso, tanto em termos de duração - 1 ou 2 dias- , quanto ao número de participantes, cobrindo campos de conhecimento mais especializados. Incluem-se: encontro, simpósio, jornada, colóquio, fórum, reunião).

Atividade do tipo **Projeto**: Ação processual e contínua, de maior duração, de caráter educativo, cultural, científico e tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado.

Atividade do tipo **Publicações e Produtos**: Produção de publicações e produtos acadêmicos decorrentes das ações de extensão, para difusão e divulgação social, cultural, científica ou tecnológica. Subtipos da atividade do tipo *Publicações e Produtos*: Anais (Anais de eventos científicos publicados); Artigos (Artigos em periódicos e trabalhos completos publicados em Anais); Capítulo de livro; Comunicação-Resumos (Resumos publicados em anais de congressos); Jornal (Periódico de divulgação de notícias, entrevistas, comentários e informações); Livro/Coletânea; Manual (apostilas, Cartilhas, Livretes ou Libretos, Fascículos, Cadernos, Boletim); Material Didático/Jogos Educativos (Jogos educativos e outros materiais didáticos criados ou produzidos pelas UFSCar); Produto Artístico (partituras, arranjos musicais, gravuras, textos teatrais entre outros); Produto Audiovisual - DVD/CD; Produto Audiovisual - Filme; Produto Audiovisual- Fotos e Outros (Fotos e outros produtos audiovisuais como fitas cassetes, discos, etc); Produto Audiovisual - Vídeo; Produtos de Informática (Aplicativo para Computador, Banco de Dados e Multimídia); Programas de Rádio; Programas de TV; Relatório técnico (Publicações de Relatórios de Produção, teses e dissertações, memoriais e outros relatórios técnicos); Revista (Publicação periódica editada).

Atividade do tipo **Comunicação de Palestras**: Comunicação de realização de

palestras, conferências em reuniões científicas e técnicas, congressos, encontros, simpósios, seminários, eventos culturais, artísticos, esportivos, etc; ou de participação em debates, mesas-redondas, programas de rádio ou TV, etc (quando não houver recebimento de benefícios - pró-labore ou bolsa).

Atividade do tipo **Organização de Eventos**: Comunicação de organização de reuniões científicas e técnicas, congressos, mesas-redondas, encontros, simpósios, seminários, debates, eventos culturais, artísticos, esportivos, etc (quando a reunião ou evento não implicar na entrada de recursos que devem ser gerenciados pela FAI-UFSCar).

Todas as ações extensionistas da UFSCar precisam estar registradas na ProEx através do seu sistema de gestão intitulado ProExWeb (www.proexweb.ufscar.br). Podem propor programas todos os docentes da universidade e estão aptos a propor atividades todos os docentes e servidores técnico-administrativos de nível superior que compõem o quadro da UFSCar, havendo a possibilidade de serem solicitados recursos financeiros de apoio da ProEx (denominados *recursos internos*) ou realizar o gerenciamento de recursos captados pelo próprio coordenador da atividade (denominados *recursos externos*). Cada atividade terá um coordenador ligado a um setor da universidade e poderá estar vinculada ou não a um programa de extensão já preexistente. O modelo do formulário eletrônico a ser preenchido pelo coordenador da atividade no sistema ProExWeb é apresentado na seção Anexo deste trabalho.

Quando não forem necessários apoios financeiros da ProEx, é possível submeter uma proposta de atividade em qualquer época do ano. Caso contrário, a proposta poderá concorrer aos editais internos lançados pela pró-reitoria ao estar vinculada a um desses editais ou disputar verbas através de editais externos, como aqueles lançados pelo Ministério da Educação, ou pelo Ministério da Cultura, por exemplo. Todas as atividades precisam ser registradas e aprovadas pela ProEx, independentemente do seu tipo de financiamento.

Os recursos internos são ofertados através dos seguintes editais, tramitados segundo fluxo definido no texto do edital de cada modalidade, avaliado inter-pares, analisado pela CAEx e aprovado no CoEx:

- Apoio à Realização de Atividades de Extensão
- Apoio à Realização de Atividades Artístico-Culturais,
- Apoio à Realização de Eventos Acadêmicos,
- Apoio à Realização de ACIEPEs (Atividades Curriculares de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão),

- Apoio à Realização de Atividades do PQV (Programa Qualidade de Vida),
- Realização de Cursos de Pós-Graduação *Latu Sensu* (Especialização).

Os editais são anuais, com exceção das atividades ACIEPE e Eventos - realizados semestralmente.

Há ainda, os editais especiais que dão apoio a atividades esporádicas e específicas, ligadas ao contexto do ano. Em 2015, por exemplo, foi lançado o Edital Especial de Apoio à Realização de Atividades de Extensão com Temática Específica sobre a Memória da Universidade em Comemoração aos 45 anos da UFSCar em 2015.

Parte dos recursos externos captados são administrados pela FAI•UFSCar (Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico) que é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos e que tem a função de apoiar a UFSCar na realização de seus objetivos (ensino, pesquisa e extensão). A FAI, através de convênios e contratos com entidades públicas e privadas, ajuda a universidade a se relacionar com a sociedade e participa da captação e gestão de recursos externos, cuidando também da concessão de bolsas de estudo, pesquisa e extensão para servidores e discentes.

Bianualmente, é elaborado um relatório para se avaliar os programas de extensão da UFSCar. A ProEx destinou um total de R\$1.620.067,59 às atividades de extensão entre 2007 e 2008, sendo R\$742.800,00 (46%) para Bolsas e R\$877.267,59 (54%) para financiamento dos projetos. Já no biênio 2009-2010 os valores totais foram de R\$1.552.886,34 sendo R\$ 896.080,00 (58%) para Bolsas e R\$ 656.806,34 (42%) para os projetos. Nesses relatórios, onde os projetos são divididos por centros e departamentos, é possível avaliar a importância dada pela UFSCar às atividades de extensão. O relatório para o biênio 2011-2012 está neste momento em análise e será avaliado pelo Conselho de Extensão em breve.

Diante das colocações apontadas sobre a integração crescente da universidade na dinâmica social e sobre a relevância da extensão universitária para uma perfeita articulação entre as ações da academia e da sociedade, o presente trabalho de pesquisa procurou avaliar a contribuição das atividades extensionistas da UFSCar na área da saúde no município de São Carlos. O próximo capítulo detalha esse trabalho.

CAPÍTULO IV – AÇÕES EXTENSIONISTAS DA UFSCAR NA ÁREA DA SAÚDE

Como enunciado na introdução deste trabalho, o objeto desta pesquisa foi as atividades de extensão da UFSCar realizadas durante o período de 2004-2014 pelos vários setores da universidade comprometidos com ações extensionistas no campus de São Carlos e que se relacionavam, de alguma maneira, com o setor de saúde. Foram incluídas todas as atividades registradas pela ProEx no seu órgão oficial de comunicação, o ProExWeb, cuja temática principal ou secundária foram caracterizadas como sendo a saúde e que se realizaram no município de São Carlos. São considerados tipos de atividades pela Pró-Ex UFSCar: Projetos, Cursos, Eventos, ACIEPEs, Consultorias/Assessorias, Publicações e Produtos.

As atividades foram investigadas por ano de início de realização e por setor responsável na instituição: Centros Acadêmicos, Departamentos, Coordenações de Cursos, Núcleos, incluindo alguns órgãos não ligados diretamente à função acadêmica. Os dados foram retirados do ProExWeb sendo a pesquisa estratificada por setores/ano/ e tipo de atividade.

Depois do levantamento geral, foram seccionados para investigação mais profunda os departamentos pertencentes ao Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS). Depois, foram estudados outros departamentos que não são subordinados ao CCBS e também outros setores da universidade que pudessem estar ligados à área da saúde.

A partir desse levantamento quantitativo e da constatação que o Departamento de Medicina (DMed) produziu um número bastante expressivo de atividades nesse período, mesmo tendo iniciado suas atividades na UFSCar em 2006², decidiu-se por uma análise mais aprofundada das ações extensionistas produzidas por esse departamento, analisando-as qualitativamente.

Em termos de *material e de método*, este trabalho utiliza como ferramentas o levantamento bibliográfico, a pesquisa quantitativa e a análise qualitativa. Foram coletados dados a partir do sistema ProExWeb onde estão oficialmente registrados todos os programas e atividades de extensão da UFSCar e a seguir foi feita a análise desses documentos. Fez parte do trabalho o contato com membros do *staff* da ProEx e com coordenadores de atividades de

² Os outros setores que também se destacaram pela realização de atividades extensionistas na área da saúde tiveram sua criação nas seguintes datas: DTO – 1978; DPsi-1994; DFisio – 1978; DEFMH – 1994; DEnf – 1976; USE – 2004; DGero – 2009.

extensão para esclarecimento sobre as etapas de inscrição e aprovação das ações extensionistas bem como sobre sua execução.

Como o recorte principal da pesquisa acabou por incidir sobre as ações desenvolvidas pelo DMed, ligado ao curso de Medicina da UFSCar, abaixo fazemos um brevíssima apresentação do curso e departamento.

4.1. O Departamento de Medicina da UFSCar

O DMed (Departamento de Medicina) da UFSCar está subordinado ao CCBS (Centro de Ciências Biológicas e da Saúde) da UFSCar sendo responsável pela oferta do curso de Medicina cuja criação foi aprovada pelo Conselho Universitário em 2005. Como justificativa para que o curso fosse criado considerou-se que:

- As universidades têm papel estratégico para o desenvolvimento do país.
- O incentivo que estava sendo dado na época à expansão das instituições federais de ensino superior.
- O fato de a UFSCar ser a única universidade federal do interior de São Paulo.
- A parceria que se estabeleceu com a Secretaria Municipal de São Carlos.
- A proposição de um Projeto Político Pedagógico inovador com abordagem construtivista e voltado para a competência e para a integração teoria-prática.

Para a definição do Projeto Político-Pedagógico, considerou-se que o serviço e a prática são espaços de produção do conhecimento permitindo também uma formação mais adequada para o profissional lidar com o mundo real. Na abordagem educacional construtivista, as experiências de ensino-aprendizagem estimulam a reflexão na ação sendo utilizadas situações-problema de saúde-doença como elementos disparadores para a aprendizagem. São valorizados o trabalho com a comunidade, a gestão da saúde e a vinculação com os serviços de saúde do município.

O curso de Medicina é desenvolvido em período integral, com seis anos de duração, totalizando 9620 horas. A Faculdade de Medicina recebeu sua primeira turma em 2006 e oferece 40 vagas por ano. Conta com 54 docentes e 7 servidores técnico-administrativos.

A missão da Faculdade de Medicina foi aprovada pelo Conselho do Departamento em 2008 e envolve: desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão;

sistematizar, produzir e divulgar conhecimentos da área médica; tornar acessível à comunidade esse conhecimento; formar médicos e colaborar para a formação de profissionais de outros departamentos e contribuir para a formação de recursos humanos para a saúde.

Desde a implantação do curso de Medicina, o DMed se dedicou à extensão universitária, procurando integrá-la ao ensino e à pesquisa. Já no primeiro ano de funcionamento, o DMed produziu três atividades de extensão na área da saúde em São Carlos. No segundo ano do curso, foram 19 essas ações extensionistas realizadas apenas no município e esse número veio crescendo bastante ao longo do tempo, totalizando 312 no final do período de 2006-2014. Foram excluídas dessa avaliação quantitativa as atividades do DMed produzidas em outras cidades. Em todas as atividades houve a participação de alunos e docentes do Curso de Medicina.

4.2. Apresentação dos resultados das ações da extensão na UFSCar - 2004/2014

A Tabela 1 mostra o total de atividades de extensão da UFSCar na área da saúde realizadas apenas no campus São Carlos durante o período, separadas por setor responsável e ano de início de realização. Os setores que apareceram listados são:

CCBGer - Coord. Curso de Bacharelado em Gerontologia

DMP - Departamento de Morfologia e Patologia

DCF - Departamento de Ciências Fisiológicas

CCBS - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

DEnf - Departamento de Enfermagem

CNUSau - Coordenadoria do Núcleo UFSCar-Saúde

DFisio - Departamento de Fisioterapia

DEBE – Departamento de Ecologia e Biologia Evolutiva

DMed - Departamento de Medicina

DEFMH - Departamento de Educação Física e Motricidade Humana

DGero - Departamento de Gerontologia

DPsi – Departamento de Psicologia

USE - Unidade Saúde Escola

DeAMO - Departamento de Assistência Médica e Odontológica

DTO - Departamento de Terapia Ocupacional

PPGEnf - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem

DeEsp - Departamento de Esportes

ProACE - Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis

ProEx - Pró-Reitoria de Extensão

SAC - Secretaria Geral de Assuntos Comunitários

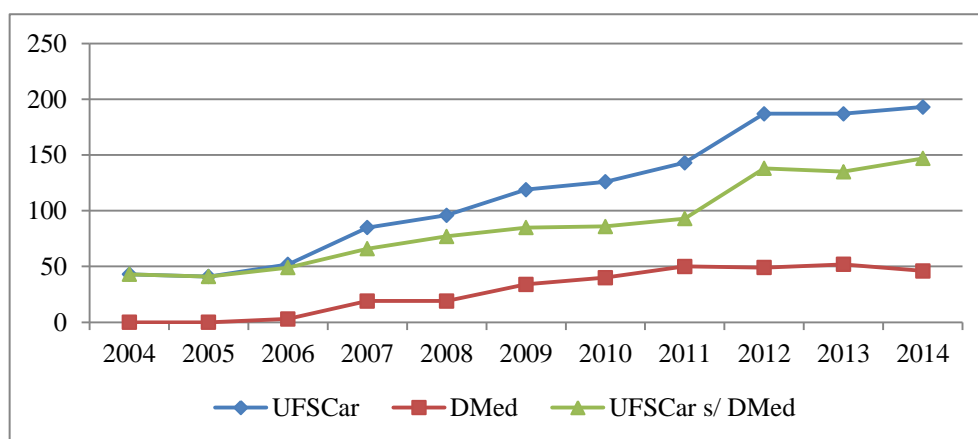
Tabela 1: Atividades de extensão da UFSCar - setor/ano (2004-2014)

Ano Setor												Total	%
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014		
CCGer	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	5	0,39
CCBS	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	3	0,23
CNU Sau	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,07
DCF	1	2	3	1	1	1	1	4	1	2	2	19	1,49
DEBE	0	0	0	0	2	1	0	1	1	0	0	5	0,39
DEFMH	7	8	12	10	14	11	11	8	10	10	12	113	8,88
DEnf	0	0	0	0	0	0	0	2	41	29	31	103	8,09
DFisio	7	3	6	9	8	9	12	13	17	16	23	123	9,66
DGero	0	0	0	0	0	0	0	2	7	17	20	46	3,61
DMed	0	0	3	19	19	34	40	50	49	52	46	312	24,52
DMP	6	5	1	3	4	5	8	4	5	1	4	46	3,61
DPsi	11	10	12	17	15	16	19	15	14	22	18	169	13,3
DTO	9	11	13	14	12	21	20	22	24	24	20	190	14,93
DeAmo	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0,07
DEsp	1	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	4	0,31
PPGEnf	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0,07
ProAce	0	0	0	0	0	2	0	1	1	0	3	7	0,56
ProEx	0	0	0	0	1	3	2	3	0	1	1	11	0,86
SAC	0	1	2	4	6	2	0	0	0	0	0	15	1,17
USE	0	0	0	7	13	11	11	17	15	12	12	98	7,7
Total ano	43	41	52	85	96	119	126	143	187	187	193	1272	100

Fonte: Dados organizados pela autora a partir das informações obtidas no ProExWeb, 2015.

Pode-se observar que as atividades extensionistas da UFSCar relativas à saúde foram bastante numerosas: 1272 atividades ao todo, representando uma média aproximada de 115 atividades por ano³ (em 20 setores ligados às ações de saúde), detectando-se um crescimento expressivo do número dessas ações ao longo do período, especialmente após o Departamento de Medicina (DMed) ter firmado sua participação nas ações extensionistas, o que ocorreu em 2007, um ano após o início do curso de Medicina.

Gráfico 1 - Atividades de extensão da UFSCar - setor/ano (2004-2014)



Fonte: Dados organizados pela autora a partir das informações obtidas no ProExWeb, 2015.

Vários departamentos e setores também se destacaram: DTO, DPsi, DFisio, DEFMH, DEnf, USE e DGer, este último iniciando suas ações de extensão em 2011 dois anos após a implantação do curso de Gerontologia e já apresentando um número rapidamente crescente de atividades no período.

O Gráfico 1 mostra o crescimento do número de atividades de extensão ligadas à saúde no período. Estão representados: os números do DMed apenas, os números da UFSCar como um todo e os números da UFSCar sem o DMed. Pode-se notar que a participação do DMed contribuiu para um expressivo aumento do número total de atividades relacionadas à saúde da universidade.

Tendo como foco as atividades extensionistas desenvolvidas pelo DMed, a Tabela 2 mostra as ações extensionistas separadas por ano de realização e por tipo de atividade.

³ O número total de atividades extensionistas da UFSCar, incluindo todos os setores e áreas temáticas, durante o período de 2004 a 2014 foi de 6709 atividades o que representa uma média anual de 609,9 atividades. As atividades de toda a universidade relacionadas à saúde representam, portanto, 18,9% do total de atividades realizadas pela UFSCar no período.

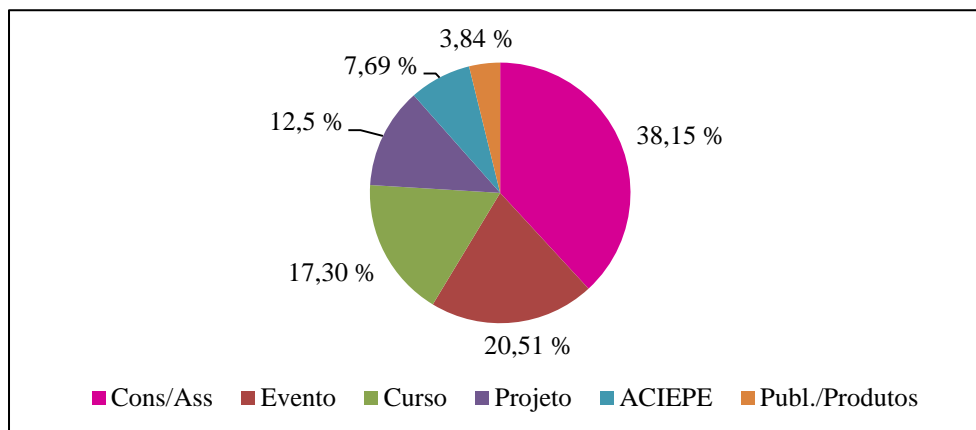
Todos os tipos de atividades incluídos na classificação da ProEx foram contemplados com destaque especial para o tipo consultorias/assessorias seguido em ordem decrescente de frequência pelos tipos: eventos, cursos, projetos, ACIEPEs e publicações e produtos. O Gráfico 2 mostra a relação porcentual.

Tabela 2: Atividades de extensão do Departamento de Medicina: por ano e tipo (2006-2014).

Ano/Atividades	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total	%
ACIEPE	0	3	2	4	4	3	2	3	3	24	7,69
Consultorias/ assessorias	2	5	5	15	12	20	20	21	19	119	38,14
Curso	0	4	3	6	8	7	10	9	7	54	17,30
Evento	0	3	4	5	9	14	9	8	12	64	20,51
Projeto	1	3	4	2	7	4	7	6	5	39	12,50
Publicações/ Produtos	0	1	1	2	0	2	1	5	0	12	3,84
Total	3	19	19	34	40	50	49	52	46	312	100

Fonte: Dados organizados pela autora a partir das informações obtidas no ProExWeb, 2015.

Gráfico 2 - Atividades de extensão do Departamento de Medicina



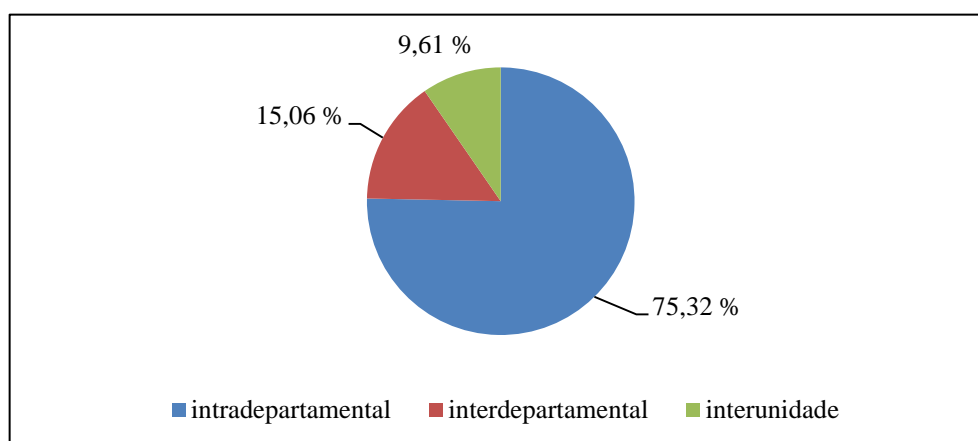
Fonte: Dados organizados pela autora a partir das informações obtidas no ProExWeb, 2015.

Gráfico 33 quantificam os tipos de abrangência. Este termo diz respeito aos departamentos e setores envolvidos em cada atividade. Cerca de 75% foram realizadas apenas por pessoas ligadas ao DMed (abrangência intradepartamental), havendo no restante, uma integração com outros departamentos e unidades da UFSCar, especialmente o DEnf, DEFMH, DFisio e a USE.

Tabela 3: Abrangência das atividades de extensão, Departamento de Medicina (2006-2014)

Abrangência	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total	%
Intra-Departamental	3	16	16	27	34	32	37	36	34	235	75,3
Inter-Unidade	0	1	2	2	2	14	9	10	7	47	15,06
Inter-Departamental	0	2	1	5	4	4	3	6	5	30	9,61
Total	3	19	19	34	40	50	49	52	46	312	100

Fonte: Dados organizados pela autora a partir das informações obtidas no ProExWeb, 2015.

Gráfico 3 - Abrangência das atividades do DMed

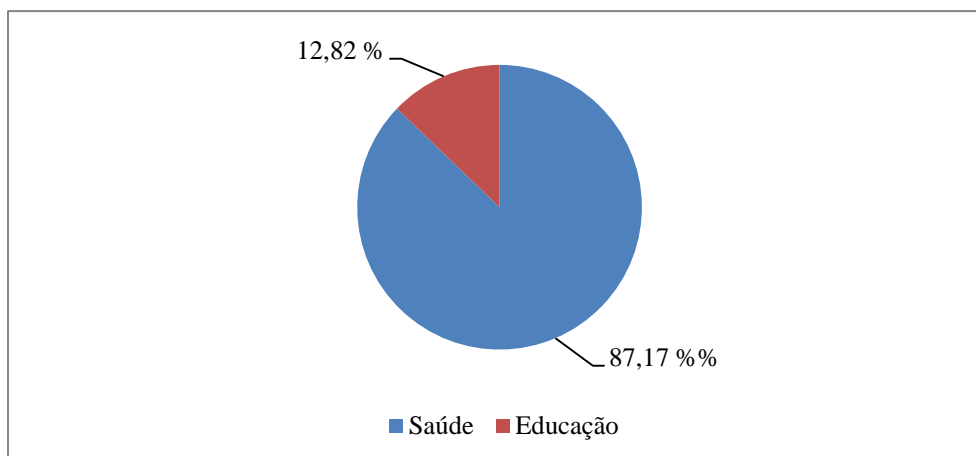
Fonte: Dados organizados pela autora a partir das informações obtidas no ProExWeb, 2015.

A Tabela 4 e o Gráfico 4 mostram que o DMed realizou suas ações tendo como área temática principal a saúde em cerca de 87% delas, contribuindo a educação para o restante.

Tabela 4: Área Temática Principal, Departamento de Medicina (2006-2014)

Área	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total	%
Saúde	3	17	15	30	35	43	47	43	39	272	87,17
Educação	0	2	4	4	5	7	2	9	7	40	12,82
Total	3	19	19	34	40	50	49	52	46	312	100

Fonte: Dados organizados pela autora a partir das informações obtidas no ProExWeb, 2015

Gráfico 4 - Área Temática Principal das atividades do Dmed

Fonte: Dados organizados pela autora a partir das informações obtidas no ProExWeb, 2015.

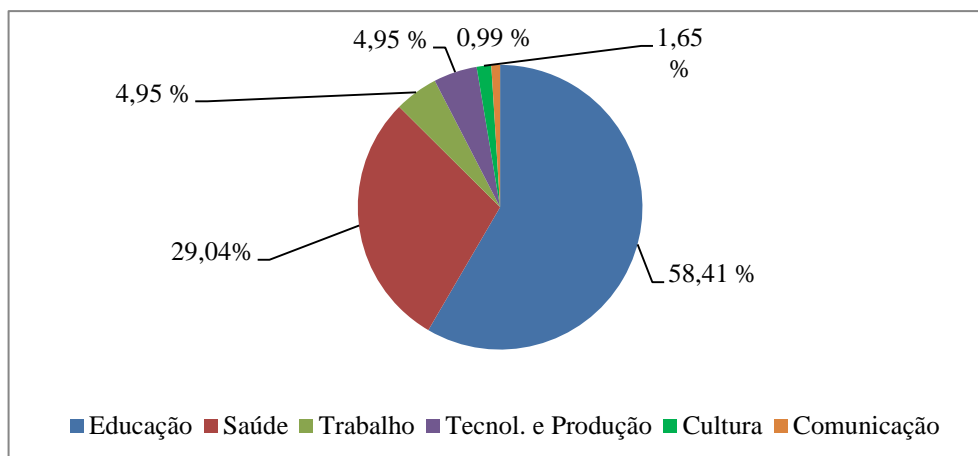
Todas as atividades registradas na ProEx devem apresentar sua área temática principal e quando houver, sua área temática secundária. São oito as áreas temáticas definidas pela ProEx, tanto para a principal como para a secundária: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação, Tecnologia e Produção; Meio Ambiente, Saúde e Trabalho⁴. Como área temática secundária, a Tabela 5 e o Gráfico 5 revelam que a educação foi a mais citada, seguida pela saúde tendo menor frequência as atividades que classificaram sua temática secundária como sendo o trabalho, a tecnologia e produção, a cultura e a comunicação, nesta ordem.

Tabela 5: Área Temática Secundária, Departamento de Medicina (2006-2014)

Área secundária	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total	%
Saúde	0	5	5	10	10	18	14	14	12	88	29,04
Educação	2	12	10	17	23	26	25	31	31	177	58,41
Trabalho	1	2	1	3	2	3	2	1	0	15	4,95
Tecnologia e Produção	0	0	2	2	3	2	2	3	1	15	4,95
Cultura	0	0	0	0	1	1	2	1	0	5	1,65
Comunicação	0	0	1	0	0	0	0	1	1	3	0,99
Total	3	19	19	32	39	50	45	51	45	303	100

Fonte: Dados organizados pela autora a partir das informações obtidas no ProExWeb, 2015.

⁴ Área temática principal e área temática secundária são opções dadas pelo sistema. O coordenador da atividade é o responsável por definir qual é a área temática de sua atividade extensionista.

Gráfico 5 - Área Temática Secundária das atividades do Dmed

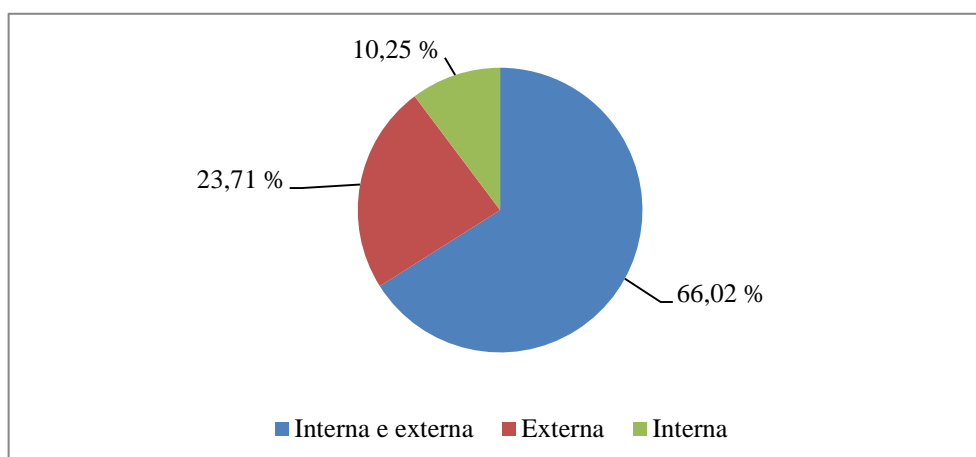
Fonte: Dados organizados pela autora a partir das informações obtidas no ProExWeb, 2015.

Sobre a comunidade atingida pelas ações extensionistas do DMed, a Tabela 6 e o Gráfico 6 ressaltam que a maior parte delas (66%) privilegiou tanto a comunidade interna como a externa, vindo depois a comunidade externa (23%) e por último (10%) apenas a interna, ressaltando o compromisso que o departamento tem com a sociedade.

Tabela 6: Comunidade atingida, atividades desenvolvidas pelo DMed (2006-2014)

Comunidade	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total	%
Interna	0	4	1	4	6	5	6	2	4	32	10,25
Externa	1	7	6	6	10	8	12	15	9	74	23,71
Interna/Externa	2	8	12	24	24	37	31	35	33	206	66,02
Total	3	19	19	34	40	50	49	52	46	312	100

Fonte: Dados organizados pela autora a partir das informações obtidas no ProExWeb, 2015.

Gráfico 6 - Comunidade atingida

Fonte: Dados organizados pela autora a partir das informações obtidas no ProExWeb, 2015.

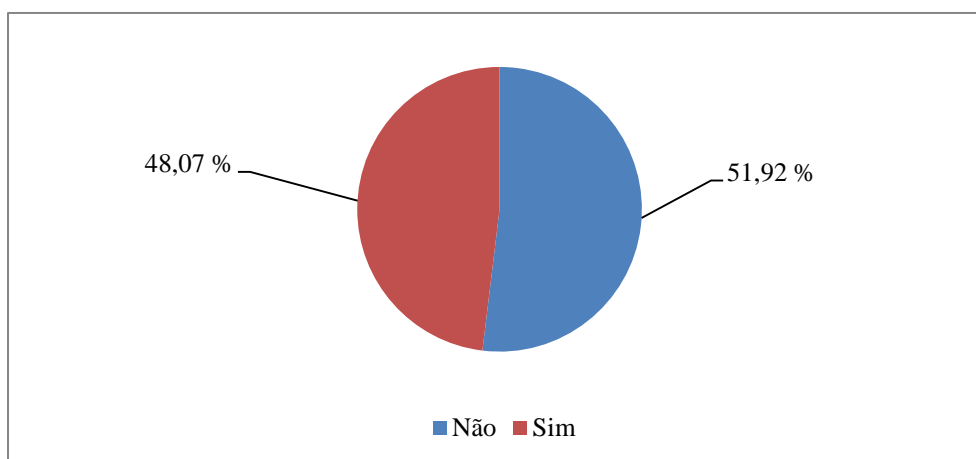
A Tabela 7 e o Gráfico 7 dizem respeito ao estabelecimento ou não de parcerias com organismos externos. Em quase a metade das atividades (cerca de 48%) houve essa associação ressaltando a importância de se articularem ações em saúde.

Tabela 7: Parceria Externa das atividades de extensão desenvolvidas pelo DMed (2006-2014)

Parceria Externa	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total	%
Sim	3	10	12	17	15	23	23	23	24	150	48,07
Não	0	9	7	17	25	27	26	29	22	162	51,92
Total	3	19	19	34	40	50	49	52	46	312	100

Fonte: Dados organizados pela autora a partir das informações obtidas no ProExWeb, 2015.

Gráfico 7 - Parceria externa



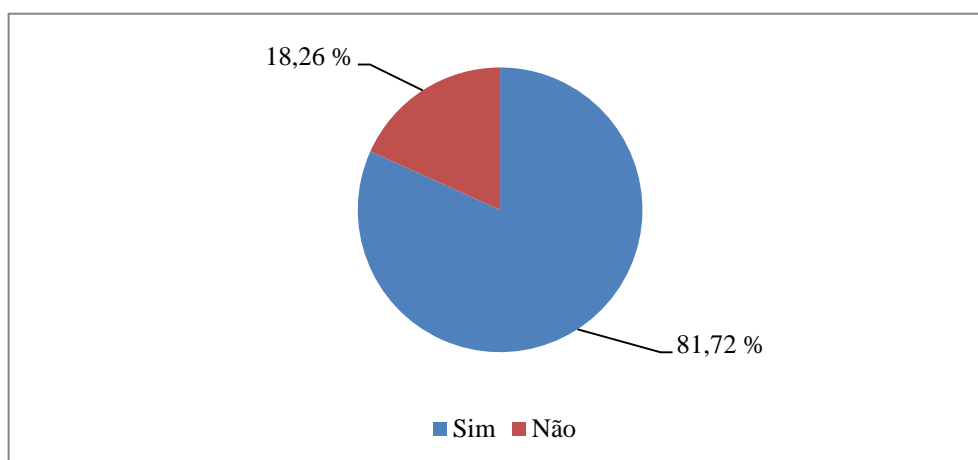
Fonte: Dados organizados pela autora a partir das informações obtidas no ProExWeb, 2015.

Na Tabela 8 e no Gráfico 8 são registrados os números e porcentagens das atividades ligadas a Programas de extensão cadastrados na ProEx/UFSCar (cerca de 81% do total). A ligação das atividades a programas é importante para que as ações extensionistas não fiquem isoladas e possam compor um conjunto de atividades para desenvolver um mesmo tema.

Tabela 8: Atividades ligadas a Programas de Extensão - DMed (2006-2014)

Ligação	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total	%
Sim	2	15	17	26	31	38	41	46	39	255	81,73
Não	1	4	2	8	9	12	8	6	7	57	18,26
Total	3	19	19	34	40	50	49	52	46	312	100

Fonte: Dados organizados pela autora a partir das informações obtidas no ProExWeb, 2015.

Gráfico 8 - Atividades ligadas a programas

Fonte: Dados organizados pela autora a partir das informações obtidas no ProExWeb, 2015.

Na Tabela 9 são apresentados os programas aos quais estavam ligadas as atividades do DMed. Eles envolveram diferentes temas, especialmente os alinhados com os objetivos do SUS e integrados aos serviços de saúde do município. Programas relacionados à saúde coletiva, à atenção integral à criança, à saúde da mulher e à saúde do idoso foram os mais contemplados.

Tabela 9: Programas de Extensão vinculados ao DMed

Nome do Programa de Extensão	Total de atividades vinculadas	%
Ações e Investigações em Processos Psicanalíticos	7	2,74
Ações em Medicina de Família e Comunidade	4	1,56
Ações em Saúde Coletiva	24	9,41
Apoio à formação educacional e político gerencial de profissionais da saúde	8	3,13
Apoio Matricial em Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente	6	2,35
Apoio Matricial ao Grupo Técnico de Atenção à Saúde da Criança na Rede Escola	35	13,72
Apoio ao Parto Saudável	14	5,49
Apoio à Rede Escola de Cuidados à Saúde do Município de São Carlos	33	12,94
Apoio Técnico e Científico ao Programa DST/AIDS do Município de São Carlos	11	4,31
Assistência, Ensino e Pesquisa em Moléstias Infecciosas e Parasitárias	8	3,13
Atenção em Educação e Saúde cardiovascular na cidade de São Carlos	3	1,17
Atenção à Saúde em Genética Médica	5	1,96
Atendimento Integral ao Portador de Hepatite Viral a partir da implantação do Programa Nacional de Hepatites Virais	1	0,39

Capacitação técnica de estudantes e profissionais para utilização e desenvolvimento de software aplicado à área de processamento, análise e manipulação de imagens e vídeos biomédicos	1	0,39
Complexo multiprofissional de atenção ao paciente reumatológico	4	1,56
Cuidado ao paciente portador de doenças crônicas não transmissíveis	16	6,27
Diabetes Mellitus e Metabologia	12	4,70
Disseminação do conhecimento científico e tecnológico na UFSCar	1	0,39
Educação em Saúde	1	0,39
Liga Acadêmica de Especialidades Pediátricas	2	0,78
Programa de Atendimento em Endocrinologia e Metabologia da USE	1	0,39
Programa de atendimento Integral ao portador de Hepatopatia Crônica	2	0,78
Programa de Extensão em Medicina de Urgência	8	3,13
Programa de Extensão da USE	5	1,96
Programa de Neurologia Cognitiva e Comportamental da UFSCar	17	6,66
Promoção, Prevenção, Reabilitação e Recuperação da Saúde Reprodutiva e Sexual da Mulher	19	7,45
Qualidade de Vida na UFSCar	4	1,56
Sexualidade e Saúde - Interfaces	3	1,17
Total de Atividades	255	100

Fonte: Dados organizados pela autora a partir das informações obtidas no site da ProEx, 2015.

4.2.1 As ações de extensão do DMed – Análise Qualitativa

A análise qualitativa das ações extensionistas do DMed foi feita avaliando-se separadamente cada um dos seis tipos de atividades, conforme a definição da ProEx⁵. Todas as atividades extensionistas do DMed tiveram a participação de alunos do curso de Medicina e foram coordenadas por docentes do referido curso. Na seção Apêndice são listados os títulos das atividades realizadas nos anos de 2013 e 2014 para mostrar a variedade e abrangência dos temas. Alguns títulos estão repetidos porque essas atividades foram ofertadas mais do que uma vez e receberam números diferentes de protocolo, sendo contadas separadamente.

⁵ A análise qualitativa foi feita avaliando-se as propostas das atividades registradas pelos respectivos coordenadores no sistema ProExWeb. Não foram avaliados os relatórios das mesmas exceto o relatório da atividade *Campanha do Dia Mundial da Luta Contra a Aids* de 2014. Algumas atividades, entretanto, representaram reofertas e nas suas propostas havia referência aos resultados das ofertas anteriores.

1. Atividades do tipo Consultorias/Assessorias

Consultorias/Assessorias foi o tipo de atividade ao qual o DMed mais se dedicou. Foram ações muito amplas que envolveram os seguintes subtipos: consultorias/assessorias, consultas ambulatoriais, consultas de emergência e urgência, internações e cirurgias. A seguir serão detalhados os vários subtipos da atividade do tipo consultoria/assessoria.

Foram atividades de subtipo consultoria/assessoria o apoio a equipes gestoras do SUS para fortalecer o Programa de Saúde da Família e a elaboração de protocolos clínicos para o atendimento no Hospital Escola Municipal. Essas ações contribuíram para melhorar a administração desses serviços. Consultoria/assessoria também envolveu a assistência científica em gastroclínica e hepatologia para estudantes e profissionais em ambulatório do SUS e a assistência científica em infectologia realizada na Santa Casa de Misericórdia de São Carlos, esta última atividade realizada a pedido de sua diretoria devido à carência de especialistas nessa área no referido hospital.

De grande significado foram as consultorias/assessorias dedicadas à comunidade: em algumas delas, as pessoas eram abordadas em ambientes públicos para receberem informações e orientações em relação ao tabagismo, câncer de pele e doenças sexualmente transmissíveis, por exemplo, havendo encaminhamento aos serviços de saúde, quando necessário. O DMed ainda contribuiu com a Secretaria Municipal de Saúde em várias ações conjuntas. Na *Campanha do Dia mundial da Luta Contra a AIDS*, o DMed participou atuando na prevenção, aconselhamento e testagem rápida para doenças como AIDS, Hepatite B, Hepatite C e Sífilis. Nessa campanha, além de orientação foi feita coleta de sangue para exame. Casos novos dessas doenças foram diagnosticados, sendo os doentes encaminhados para tratamento. São os seguintes os números da última campanha, realizada em dezembro de 2014: foram atendidas 685 pessoas incluindo nesse número indivíduos das comunidades interna (428 pessoas) e externa (257 pessoas) e foram distribuídos 10.000 *folders* educativos e 7.200 preservativos.

As consultas ambulatoriais envolveram o atendimento de um número expressivo de pacientes em diferentes especialidades. Graças ao fato de o Curso de Medicina da UFSCar contar com docentes especialistas em muitas áreas, foi possível a estruturação de novos serviços ambulatoriais que não existiam na rede pública como os ambulatórios de: genética médica, cuidados aos pacientes portadores de hipotireodismo congênito, aconselhamento genético, infecções congênicas e perinatais, gestação de risco, patologia do

trato genital inferior, planejamento reprodutivo e homeopatia, entre outros. Vale também destacar a assistência dada pela universidade aos serviços ambulatoriais já existentes contribuindo com conhecimentos novos para elevar o padrão de atendimento. Esses ambulatórios foram organizados em parceria com Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Saúde da Família, Centro Municipal de Especialidades, APAE, Santa Casa de Misericórdia e USE da UFSCar. Nesses ambulatórios foi dada ênfase ao cuidado integral dos pacientes, incluindo também orientação familiar, de especial importância no cuidado do paciente diabético e do paciente idoso com problemas demenciais, por exemplo. Ressalta-se ainda nessas atividades, a preocupação de se associar a atuação profissional ao ensino e à pesquisa através da reflexão crítica sobre a prática. Como exemplo desse subtipo de atividade, o “Ambulatório de Genética Médica” foi estruturado em 2006 e segundo sua proposta de reoferta em março de 2014, já havia beneficiado cerca de 630 pacientes que receberam aconselhamento genético, 350 deles permanecendo em seguimento ambulatorial regular. Deficiência intelectual, baixa estatura e diversas patologias genéticas foram avaliadas.

Além das consultas ambulatoriais foram realizadas atividades de subtipo consultas de emergência e urgência que permitiram a inserção de docentes do DMed no Hospital Escola Municipal (HEM) levando também neste setor, conhecimentos da academia que contribuíram para uma melhor assistência, com foco especial em pacientes idosos e crianças. As equipes do DMed também contribuíram para a administração do HEM, ajudando na organização e gestão desse tipo de serviço.

Houve ainda as atividades chamadas internações em que se prestou assistência técnica especializada à Santa Casa de Misericórdia de São Carlos em algumas áreas que não dispunham de equipes próprias. Foram feitas orientações de conduta e criação de protocolos de atendimento a pacientes internados nesse hospital.

2. Atividades do tipo Eventos

No tipo de atividades classificadas como eventos, o DMed produziu os seguintes subtipos: seminário/encontro, congresso, ciclo de debates e mesa redonda/palestras.

Foram discutidos temas de diversas especialidades médicas como cardiologia, pediatria, endocrinologia, obstetrícia, pneumologia e infectologia entre outras. Ganharam destaque especial os debates sobre políticas públicas, gestão e atenção à saúde e as discussões para estimular a interdisciplinaridade nas ações de extensão. Foi dada ênfase à produção do conhecimento através da reflexão sobre a prática (pesquisa-ação).

Tem sido marcante também dentro da categoria *evento*, a realização anual do

Congresso Médico Universitário da UFSCar, organizado pelo Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina, aberto a estudantes e profissionais de saúde de modo geral. O evento dura quatro dias e inclui a apresentação de trabalhos científicos realizados em cursos da área de saúde da UFSCar e de outras instituições além de palestras de renomados profissionais. Em 2014 foi realizada a quinta edição desse congresso.

A educação para a saúde mereceu destaque especial nas atividades de extensão do tipo evento do DMed. Como exemplos, podem ser citadas as palestras sobre alimentação saudável para crianças de colégio de São Carlos, sobre saúde sexual e reprodutiva para alunos da UFSCar durante a recepção de calouros e ainda palestras para informar a comunidade sobre a doença de Alzheimer, orientando sobre os serviços a serem procurados para diagnóstico e cuidados.

3. Atividades do tipo Cursos

O DMed realizou cursos de extensão nas seguintes modalidades: iniciação, atualização, especialização e qualificação profissional. Na grande maioria deles, a comunidade atingida foi tanto a interna como a externa.

Os cursos de atualização envolveram assuntos variados trazendo conhecimentos novos para alunos e profissionais da saúde. Temas de pediatria, ginecologia e de cardiologia foram os mais abordados.

Entre os cursos de iniciação merece destaque especial o ensino de ressuscitação cárdio-pulmonar que teve como público alvo alunos da 8ª série de escolas primárias, públicas e privadas, envolvendo alunos de graduação do curso de Medicina da UFSCar no papel de instrutores, supervisionados por docentes da universidade.

A modalidade treinamento e qualificação se preocupou com a capacitação de profissionais da saúde para funções diversas: planejamento reprodutivo, atenção obstétrica, coleta de material para exame de citologia oncológica, entre outras. De especial importância foi a parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de São Carlos para aperfeiçoar a gestão do CEME (Centro Municipal de Especialidades) de modo a melhor atender às diretrizes do SUS e às metas do projeto pedagógico do curso de Medicina.

Marcante também foi a atuação do DMed na formação de especialistas através dos Programas: Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade, Residência Médica em Saúde da Família e Comunidade e Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia, realizados em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde. São programas de

pós-graduação alinhados com o SUS na priorização da Saúde da Família e do Cuidado Integral à Saúde como estratégias para transformar as práticas de atenção à saúde. Nessas atividades foi também enfatizado o desenvolvimento de competências dos profissionais a partir da reflexão sobre a prática.

4. Atividades do tipo Projetos

Os projetos extensionistas do DMed apresentaram temas e objetivos diversos mas a preocupação constante era seguir as diretrizes do SUS, estabelecendo parcerias com a Secretaria Municipal de Saúde para uma melhor efetividade do sistema de saúde de São Carlos.

Em vários projetos o foco foi a gestão da saúde. Neles buscou-se entre outros objetivos, a qualificação de profissionais para melhorar a eficiência operacional e racionalização dos gastos do SUS. Foram realizadas também ações em Unidades de Saúde da Família (USF) para melhorar seu funcionamento, estruturando e padronizando rotinas, definindo diretrizes e protocolos de atendimento. Foi feito ainda, um trabalho de assessoria para organizar e manter um Sistema de Informação para o Programa DST/AIDS da Secretaria Municipal de Saúde de São Carlos, tornado-o mais eficiente. Destaque também deve ser dado para um estudo epidemiológico sobre Diabetes Mellitus visando o planejamento dos cuidados e recursos destinados à prevenção da doença e de suas complicações. Em todas essas atividades buscava-se o diálogo e compartilhamento de experiências entre a universidade e os profissionais dos serviços de saúde.

Todos os projetos, ao mesmo tempo em que se preocupavam com a formação dos alunos da UFSCar, estavam ligados a um melhor atendimento dos pacientes do SUS. A tônica das atividades relacionadas à saúde da mulher, aos portadores do HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) e aos diabéticos, por exemplo, foi a necessidade de se prestar a eles um cuidado verdadeiramente integral, inclusive dando apoio familiar.

Projetos como o atendimento ambulatorial de pacientes com doenças infectocontagiosas, para exemplificar, tinham o objetivo de proporcionar uma melhor qualificação ao serviço graças ao contato deste com a academia, sempre trazendo novidades na área.

Nos projetos extensionistas, além da preocupação em se qualificar os profissionais da saúde do município, havia sempre a ênfase no contato com pacientes e familiares destes, para orientações sobre seu tratamento.

Ações educativas também tiveram foco na comunidade como um todo. Um dos

projetos realizados teve como objetivo a troca de conhecimentos populares e técnico-científicos e formação de lideranças comunitárias no âmbito do SUS. Essa atividade foi realizada visando a implementação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde do MS (Ministério da Saúde) que pretende valorizar os saberes populares.

Ainda em relação ao contato com a comunidade, foi desenvolvido um trabalho de orientação sobre parto natural e assistência ao parto em Unidade de Saúde da Família, atividade ligada à preocupação do Ministério da Saúde com o alto índice de partos cirúrgicos existente no Brasil. Destaca-se também a atividade educativa realizada numa escola pública de periferia do município, em parceria com educadores da instituição, visando a promoção da saúde sexual e reprodutiva dos jovens e a prevenção da gravidez não planejada e das doenças sexualmente transmissíveis.

A preocupação em se humanizar os cenários de assistência deu lugar ao projeto do Grupo Risólis que é a utilização de palhaços pelos alunos do curso de Medicina para alegrar pacientes internados no HEM, especialmente crianças mas também adultos, o que contribui para diminuir o sofrimento desses pacientes.

5. Atividades do tipo ACIEPEs

As atividades do DMed do tipo ACIEPEs foram oferecidas a todos os alunos da área da saúde. Em boa parte delas houve envolvimento de profissionais de saúde do município, de pacientes do SUS e de pessoas da comunidade. Foram contemplados entre outros, os seguintes temas: ética profissional em saúde, atividade física e saúde, meditação aplicada à saúde, genética médica, infecções fetais e perinatais e epidemiologia aplicada à saúde coletiva.

Merece destaque a atividade *Trabalhos Comunitários* pelo contato dos estudantes com as comunidades do município para, junto com a população, identificar problemas de saúde e organizar a comunidade para buscar soluções para eles. O objetivo era estimular o controle social e o empoderamento dessa população.

Destacou-se também a ACIEPE *Investigação Aplicada à Saúde Coletiva* que visava articular a investigação científica ao ensino e à assistência à saúde. Os alunos eram convidados a elaborar projetos com a finalidade de buscar conhecimentos de modo autônomo, durante a prática profissional.

Foi também tema de ACIEPE a Assistência Integral à Saúde da Mulher baseada na Política Nacional de Atenção à Saúde Integral da Mulher do SUS, cujo objetivo é cuidar da promoção, prevenção e recuperação relacionadas com a saúde da mulher, desde a

adolescência até a senilidade. Além de estudantes do curso de Medicina, essa ACIEPE teve como público-alvo estudantes de outros cursos e profissionais da área da saúde do município.

6. Atividades do tipo Publicações e Produtos

As publicações e produtos do DMed na área da saúde tiveram a finalidade de informar e orientar a comunidade de modo geral sobre medidas de promoção da saúde e prevenção e tratamento de doenças. Atividades de extensão do tipo publicações e produtos incluíram livros, vídeos e manuais didáticos com temas como AIDS, saúde escolar, diabetes, Síndrome de Down, baixa estatura, saúde da mulher e prevenção do câncer de colo de útero. Esses trabalhos foram direcionados à orientação de profissionais da saúde que atuam na Atenção Primária à saúde (Unidades de Saúde da Família e Unidades Básicas de Saúde) e de outros grupos como pacientes, professores do ensino fundamental e comunidade em geral. Manuais e vídeos educativos foram desenvolvidos em linguagem acessível para orientar doentes e familiares no controle de doenças. É o caso do manual direcionado à criança diabética e do vídeo para esclarecer a população sobre prevenção do câncer de colo de útero. Este último foi divulgado em clubes, escolas, ONGs e associações de bairros.

CONCLUSÕES

As atividades de extensão relativas à saúde produzidas pela UFSCar no período estudado, no município de São Carlos, foram muito numerosas (média de 115 atividades por ano) sendo o DMed o departamento que mais se destacou nessa área (média de 34 atividades por ano) apresentando número crescente de atividades ao longo do tempo. Como mencionado acima, o número total das atividades extensionistas da UFSCar realizadas por todos os setores da universidade e envolvendo todas as áreas temáticas foi de 6709 (média anual de 609,9). Portanto, as atividades relacionadas à saúde e realizadas em São Carlos pela UFSCar representaram 18,9 % do total das atividades da universidade.

Estudando mais detalhadamente a produção do DMed observou-se que suas atividades extensionistas apresentaram as seguintes características:

1. Houve a preocupação em trazer conhecimentos da academia para profissionais da saúde e para a população, melhorando a qualidade do atendimento e da gestão dos serviços de saúde. Através do diálogo e do contato direto com profissionais de saúde do município e com a comunidade, foi possível contribuir para uma melhora na atenção à saúde e na administração das unidades de serviço de saúde.

2. O DMed buscou alinhar suas ações às políticas de saúde do Ministério da Saúde para a consolidação do SUS. Com essa finalidade, foram estabelecidas parcerias com órgãos públicos e privados, especialmente com a Secretaria Municipal de Saúde. Valorizou-se a Atenção Primária à Saúde com foco no Programa de Saúde da Família e a Assistência Integral à Saúde da criança, da mulher e do idoso.

3. O DMed procurou contribuir para o matriciamento dos setores primário, secundário e terciário da saúde, articulando-se em rede a Atenção Primária (Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Saúde da Família) com a secundária (serviços de ambulatórios especializados e unidades de pronto atendimento) e com a terciária (tratamento de alta complexidade em hospitais) dentro do conceito de integralidade na atenção à saúde.

4. Foi dada ênfase para a educação e pesquisa em serviço. As atividades de extensão contribuíram para a formação dos estudantes universitários e para orientar e capacitar os profissionais de saúde da cidade. Buscava-se em todas as atividades a integração do ensino com a pesquisa e a extensão. Foi estimulado um olhar investigativo e crítico nas situações da prática profissional.

5. Buscou-se o fortalecimento da Rede Escola de Cuidados à Saúde do Município de São Carlos a qual visa articular as atividades de ensino e pesquisa da universidade com os serviços de saúde do município de São Carlos. Essa articulação das atividades da academia com as ações da Secretaria Municipal de Saúde permite aos estudantes uma melhor formação profissional e à comunidade um melhor atendimento na área da saúde.

6. O DMed através das atividades de extensão procurou sempre manter a universidade em contato direto com a população para orientar sobre condutas de promoção da saúde e prevenção e tratamento de doenças e para trocar conhecimentos com a comunidade, procurando formar lideranças dentro dela para identificar e buscar soluções para seus problemas de saúde.

7. As atividades de extensão do DMed em São Carlos permitiram aos alunos do curso de Medicina vivenciarem situações concretas e variadas de aprendizagem contribuindo bastante para sua formação e para que o curso pudesse ser realizado totalmente dentro do município.

Diante de tudo que foi apresentado e discutido nesta pesquisa, é possível inferir que o município de São Carlos foi bastante beneficiado pelas atividades de extensão do DMed no setor da saúde as quais contribuíram para ampliar e melhorar a qualidade dos serviços disponíveis para a população nessa área. Foram atividades muito ricas envolvendo tanto a promoção da saúde como a prevenção e tratamento de doenças. A partir da concepção de que a universidade deve colaborar para o desenvolvimento local e nacional e que um bom nível de saúde é imprescindível para que uma população seja considerada desenvolvida, pode-se concluir que a UFSCar, especialmente através do DMed contribuiu para o desenvolvimento de São Carlos. Deve-se dar visibilidade a essas ações extensionistas para que sejam valorizadas e estimuladas especialmente com a concessão de verbas para a sua realização porque trazem um importante retorno social. Ao DMed, fica a sugestão para que aumente a abrangência de suas ações estimulando outros setores da universidade para reunir esforços em atividades conjuntas, de modo a torná-las mais efetivas e para que a interdisciplinaridade seja reforçada. Para uma pesquisa futura, sugere-se um estudo mais detalhado das atividades de extensão do DMed que são desenvolvidas junto ao setor da Atenção Primária à Saúde (Unidades de Saúde da Família e Unidades Básicas de Saúde) incluindo entrevistas com os agentes envolvidos, o que traria, certamente, contribuições significativas ao estudo das ações de extensão da UFSCar e suas influências para a população de São Carlos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, J. D. Saúde e desenvolvimento econômico: atualização de um tema. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 9, nº 4, dezembro, 1975. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89101975000400007>>. Acesso em março de 2015.

BEMVENUTI, V. L. S. **A Extensão Universitária como prática Acadêmica**: Considerações teóricas a partir de um estudo de caso. Disponível em: <www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu_anais/anais/.../aextensaopratica.pdf>. Acesso em dezembro de 2014.

_____. **Extensão Universitária**: Momentos históricos de sua institucionalização. 2006. Disponível em: <www.reitoria.uri.br/~vivencias/.../artigos/.../area_comunicacao_01.htm>. Acesso em dezembro de 2014.

BORGES, C. H. L. A universidade pública na economia local: os impactos financeiros da UESC nos municípios de Ilhéus e Itabuna. In: **Conjuntura & Planejamento**. Salvador: SEI, nº 119, p. 27-31, Abril. 2004. Disponível em: <http://www.uesc.br/dcec/a_universidade_publica_na_economia_local.pdf>. Acesso em junho de 2014.

BOSI, A. (Coordenador). **A presença da universidade pública**. Comissão de Defesa da Universidade Pública. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP, 2000. Disponível em: <www.iea.usp.br/publicacoes/textos/a-presenca-da-universidade-publica>. Acesso em agosto de 2014.

BOVO, J. M. **Impactos Econômicos e Financeiros da Unesp para os municípios**. 1ª edição. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2003. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?isbn=8571394806> (2003)>. Acesso em junho de 2014.

_____. **Universidade e Comunidade**: avaliação dos impactos econômicos e da prestação de serviços. 1ª edição. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. Disponível em: <

<https://books.google.com.br/books?isbn=8571392293>>. Acesso em junho de 2014.

_____. **A contribuição da UNESP para o Dinamismo Econômico dos Municípios.** Relatório de Pesquisa. Araraquara (SP): FFCLAR; UNESP, 2013. Disponível em: <ape.unesp.br/pdf_siteape/TextoPesquisa.pdf>. Acesso em setembro de 2014.

BOVO, J. M.; SILVA, R. T.; GUZZI, V. S. A inserção Social da Unesp de Araraquara: sua importância na economia do município e na prestação de serviços à comunidade. In: **Perspectivas.** v. 19, Araraquara: UNESP, 1996. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/2004/1634>>. Acesso em 28 junho de 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Artigo 207. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/...04.02.../art_207_.shtm>. Acesso em agosto de 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em setembro de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Editais Proext 2014.** Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc>. Acesso em dezembro de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **REUNI** (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). Disponível em: <portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretores-presidentes.>. Acesso em novembro de 2014.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007.** Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007.../2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em novembro de 2014.

BUARQUE, C. **A Aventura da Universidade**. São Paulo: Editora da UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CARBONARI, M. E. E.; PEREIRA, A. C. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**, Valinhos v. 10, nº 10. p. 23-28, 2007. Disponível em: <<http://sare.anhanguera.com>>. Acesso em 18 de dezembro de 2014

CEPÊDA, V. A. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo - um balanço histórico. *Estudos Avançados*, v. 26, n. 75, p. 77-91, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142012000200006&script=sci_arttext>. Acesso em outubro de 2014.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), nº 24, p. 5-15, se./out./nov./dez. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02>. Acesso em 11 de dezembro de 2014.

COGO, E. L. A Universidade como Mecanismo da Construção do Desenvolvimento Regional. **Revista Fazer**. Erechim (RS): Faculdades Anglicanas, 2013. Disponível em: <http://www.faers.com.br/uploads/revista_fazer/4fc6b6b3d3a1a00e01b92a66cc325248.pdf>. Acesso em 23 junho de 2014.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation:from National Systems and "Mode 2" to a Triple Helix of university–industry–government relations. **Research Policy**, n. 29, p. 109-123. Stanford University, United States, 2000. Disponível em: <www.uni-klu.ac.at/wiho/downloads/Etzk.pdf>. Acesso em 24 de outubro de 2014.

ETZKOWITZ, H.; DZISAH, J.; RANGA,M.; ZHOUB, C. **The triple helix model of innovation**. University-industry-government interaction. Disponível em: <http://www.techmonitor.net/tm/images/7/7d/07jan_feb_sf1.pdf>. Acesso em 25 de outubro de 2014.

FERREIRA, A.; LEOPOLDI, M. A. A contribuição da Universidade Pública para a Inovação e o Desenvolvimento: A Percepção de Gestores e Pesquisadores. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 60-82, janeiro de 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/download/.../23987>>. Acesso em 25 de outubro de 2014.

FIGUEIREDO, L.; NORONHA, K. V.; ANDRADE, M. V. **Os impactos da saúde para o crescimento econômico na década de 90: uma análise para os estados brasileiros**. Texto para discussão nº 219. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003. Disponível em: <www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20219.pdf>. Acesso em março de 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO – **Censo 2000**: São Carlos cresce 10% e chega a 193 mil. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri2211200001.htm>. Acesso em outubro de 2014.

FORPROEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária (1999)**. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>>. Acesso em outubro de 2014.

FORPROEX/CPAE. **Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras: estudo comparativo 1993/2004 (2007)**. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/05-Institucionalizacao-Extensao/Institucionalizacao-Extensao.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2015.

FORPROEX e SESu/MEC. **Plano Nacional de Extensão Universitária 2000/2001**. Disponível em: <www.portal.ufpa.br/docsege/Planonacionaldeextensaouniversitaria.pdf>. Acesso em outubro de 2014.

FOTEA, A. C. **Regional Economic Impact of Universities**. 2011. Disponível em: <http://www.bursedoctorale.ro/public/documente/articole/1345819905_Article_Fotea_Alexan>

[dru_GEBA2011.pdf](#)>. Acesso em 19 julho de 2014.

GADELHA, C. A. G. et al. A saúde na política nacional de desenvolvimento: um novo olhar sobre os desafios da saúde. In: NORONHA, J.C; PEREIRA. T. R. (Orgs). **A saúde no Brasil em 2030**: prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: desenvolvimento, Estado e políticas de saúde. Volume 1. Rio de Janeiro: Fiocruz; Ipea; Ministério da Saúde; Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/895sg>>. Acesso em junho de 2015.

HOFF, D. N.; SAN MARTIN, A. S.; SOPEÑA, M. B. S. **Universidades e Desenvolvimento Regional**: Impactos Quantitativos da Unipampa em Sant'Ana do Livramento. In: REDES, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 157 – 183, set/dez 2011. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1699/1812>>. Acesso em 03 de agosto de 2014.

IBGE. CIDADES- **São Carlos**. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 de março de 2015.

JEZINE, E. As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária. In: 2º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 12 a 15 de setembro de 2004, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/congrext/Gestao/Gestao12.pdf>>. Acesso em janeiro de 2015.

MATTOS E SILVA, I. H. D. **Reestruturação, expansão e democratização do Ensino Superior(1995-2010)**: da Reforma do Estado ao Novo Desenvolvimentismo. São Carlos: PPGPol; UFSCar [s.n.], 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política).

MELO NETO, J. F. **Extensão Universitária: bases ontológicas**. Disponível em: <[JF de Melo Neto -Extensão universitária: diálogos populares, 2002 - prac.ufpb.br](#)>. Acesso em janeiro de 2014.

_____ **Extensão universitária e produção do conhecimento** Disponível em: <[JF de Melo](#)

Neto - 2003 - prac.ufpb.br>. Acesso em janeiro de 2014.

MONTEIRO, E.; SACRAMENTO, L. Para repensar a extensão universitária: contribuição do diálogo entre Paulo Freire e Boaventura de Souza Santos. Disponível em **Anais**. Universidad del Litoral: Argentina, 2012. <www.unl.edu.ar/iberoextension/dvd/.../para-repensar-a-extensao-uni.pdf>. Acesso em maio de 2015.

MONTIBELLER FILHO, G. Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável: conceitos e princípios. **Textos de Economia**. Florianópolis: UFSC, v. 4, p. 131-142 1993. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/viewFile/.../6263>>. Acesso em março de 2015.

MOREL, C. Saúde é requisito para desenvolvimento econômico. **O Globo**, Rio de Janeiro, junho de 2010. Disponível em: <oglobo.globo.com/.../saude-requisito-para-desenvolvimento-economico>. Acesso em março de 2015.

OLIVEIRA, C. E. C.; ROCHA, S. J. S. Estado, Políticas públicas e extensão universitária. **RDE**, Salvador, Ano XIII, Nº 22, 121-129, dez. 2010. Disponível em: <www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/1518/1206>. Acesso em 20 de janeiro de 2015.

OLIVEIRA, C. H. Qual é o papel da extensão universitária? Algumas reflexões acerca da relação entre universidade, políticas públicas e sociedade. In: **Anais do 2º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**, Belo Horizonte, UFMG, 2004. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/congrext/Gestao/Gestao15.pdf>>. Acesso em janeiro de 2015.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, nº 2, p. 37-48, maio/agosto, 2002. Disponível em: <www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da.../uma_discussao_sobre.pdf>. Acesso em março de 2015.

PARQUE TECNOLÓGICO - **ParqTec** Disponível em: <<http://www.parqtec.com.br>>. Acesso em 23 de março de 2015.

PIMENTEL, G. A. **Universidade e políticas de extensão no Brasil no governo Lula:** período de 2003 a 2010. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS. *Site* Oficial. **História de São Carlos.** Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/historia-da-cidade/115269-historia-de-sao-carlos.html>>. Acesso em agosto de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS. *Site* Oficial. **Orçamento Municipal.** Disponível em: <www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/orcamento-municipal.html>. Acesso em agosto de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS. *Site* Oficial. **São Carlos tem a 3ª menor mortalidade infantil.** Disponível em: <www.saocarlos.sp.gov.br/.../160265-scarlos-tem-a-3o-menor-mortalidad>agosto de 2011. Acesso em outubro de 2014.

ROLIM,C.; KURESKI, R. Impacto Econômico de Curto prazo das Universidades Federais na Economia Brasileira. **Revista Paranaense de Desenvolvimento.** Curitiba, IPARDES, nº 117, 2009.

SANTOS, A. B.; GOMES; N. P.; ABIB, S. W.; SANTOS, V. M.; FARIAS, Z. I.; CARNEIRO, J. B. Extensão Universitária: política educacional que orienta políticas públicas locais. **UDESC em ação**, Florianópolis, v. 8, nº 2, p. 67-69, 2014.

SANTOS, B. S. **A Universidade no Século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez,

2003.

SILVA, E. W. **Extensão Universitária no Rio Grande do Sul** – Concepções e Práticas. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia).

SILVA, F. L. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. **Estudos Avançados**. São Paulo, USP, v. 15, nº 42, maio/agosto, 2001. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000200015&script.>. Acesso em fevereiro de 2015.

SOUZA, L. E. P. F. Saúde é desenvolvimento. **Carta Capital**, São Paulo, nº. 2012. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/saude/saude-e-desenvolvimento>. Acesso em março de 2015.

TAVARES, M. G. M. Extensão universitária: novo paradigma de universidade? Alagoas: EDUFAL, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **A Universidade**. Site Oficial. Disponível em: <<http://www2.ufscar.br/aufscar/auniversidade.php>>. Acesso em junho de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. ProEx. Avaliação dos Programas de Extensão da UFSCar. Período: 2007-2008. Disponível em: <http://www.proex.ufscar.br/site/arqs_menu_programas/relatorioprograma2007-2008_13mar2011v9.pdf> Acesso em outubro de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Pró-Reitoria de Extensão. **Avaliação dos Programas de Extensão da UFSCar. Período: 2009-2010**. Disponível em: <http://www.proex.ufscar.br/site/arqs_menu_programas/avaliacaoprogramas2009-2010_final.pdf>. Acesso em outubro de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Comissão REUNI. **Proposta de Adesão**

ao Programa Reuni em 2008 apresentada no Conselho Universitário. Disponível em: <<http://www.reuni.ufscar.br/link>>. Acesso em outubro de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS **Curso de Medicina - CCBS Projeto Político Pedagógico2007**. Disponível em: <www.prograd.ufscar.br/projetoped/projeto_medicina.pdf>. Acesso em junho de 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **PDI 2004 - Plano de Desenvolvimento Institucional**. Disponível em: <www.pdi.ufscar.br/pdi-2004>. Acesso em outubro de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Pró-Reitoria de Extensão. **Proposta de criação dos Núcleos de Extensão UFSCar – Sociedade**. <<http://www.proex.ufscar.br/>>. Acesso em outubro de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Pro-Reitoria de Extensão**. Site Oficial. Disponível em: <<http://www.proex.ufscar.br/>>. Acesso em julho de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Pró-Reitoria de Extensão. **ProExWeb** site oficial. Disponível em: <www.proexweb.ufscar.br/>. Acesso em setembro de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **REUNI na UFSCar** (2015). Disponível em: <www.reuni.ufscar.br/novos-cursos-e-vagas>. Acesso em junho de 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO: **UNIFESP**. Site Oficial. Disponível em www2.unifesp.br/dis/pg/capes/historico.htm. Acesso em junho de 2015.

APÊNDICE

Títulos das atividades de extensão do DMed relacionadas à saúde realizadas em São Carlos durante o ano de 2014:

- Ambulatório de Homeopatia
- Unidade de Atenção ao Diabético
- Programa de Educação em Diabetes Mellitus
- Ambulatório de Patologia do Trato Genital Inferior - PTGI
- Assistência em Neurologia Comportamental da UFSCar (ANC-UFSCar)
- Apoio Matricial em Saúde Sexual e Reprodutiva com Ambulatório Geral em Ginecologia e Obstetrícia.
- Inserção dos Docentes da área da Saúde do Adulto e Idoso do Departamento de Medicina em atividades assistenciais no Hospital Escola Municipal de São Carlos
- Atuação docente no Hospital Escola Municipal de São Carlos 2014
- Ambulatório de Cuidado Integral em Clínica Médica e em Doenças Infecciosas e Parasitárias no Centro Municipal de Especialidades Médicas de São Carlos.
- Cuidado Integral de Pacientes portadores de Hepatites Virais - Programa DST/AIDS de São Carlos
- Ambulatório de Cuidados Especiais na Gestação
- Ambulatório de Gastroenterologia Clínica
- Cultivando a Saúde Sexual e Reprodutiva dos Adolescentes e Jovens
- Ambulatório de Genética Médica
- EDITAL DE EVENTOS - III Encontro de Estudos em Saúde Coletiva
- Educação Continuada em Saúde da Mulher
- Assistência integral à criança na atenção primária
- Laboratório de Neurologia Cognitiva-Comportamental e Neuropsiquiatria Geriátrica da UFSCar (LNCCNP-UFSCar)
- Refletindo sobre a Política Nacional de Humanização (PNH)
- Atividade clínico-teórica em endocrinologia pediátrica
- V Congresso Médico Universitário de São Carlos (CoMUSCar)
- Processos Educacionais na Saúde
- Curso Básico de Interpretação do Eletrocardiograma

- I Workshop sobre Saúde dos Povos Indígenas - UFSCar
- II Simpósio de HIV/Aids da UFSCar 2014
- PROEXT 2014 - Assistência integral à saúde da mulher no âmbito da Rede Cegonha
- Curso de capacitação em Ecografia Obstétrica Morfológica e Dopplervelocimetria Obstétrica.
- Ambulatório de Uro-oncologia
- Investigação Aplicada à Saúde Coletiva
- Tópicos de Genética Médica
- Campanha de conscientização da população a respeito da Hipertensão Arterial Sistêmica: Por que Doze por Oito?
- I Simpósio da Liga Acadêmica de Especialidades Pediátricas
- Treinamento em Técnicas Cirúrgicas
- Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade
- Intervenção breve no combate ao tabagismo
- Curso de Atualização em Cardiologia
- Simpósio Teórico sobre Asma e DPOC.
- Campanha pelo Dia Mundial da Luta Contra a Aids
- Formação de lideranças de movimentos sociais, profissionais de saúde e de educação para a Educação Popular e Saúde: Formação em Educação Popular e Saúde para o diálogo com Práticas Populares de Saúde
- VI Simpósio de Atualização em Diabetes
- Simpósio de Cardiologia do Esporte
- Oficina de Aprendizagem através da Simulação
- 4º Simpósio Temático de Atualizações em Cirurgia e Oncologia da UFSCar - Pulmão/Pleura
- "Sua pele pede atenção"- Prevenção do câncer de pele.
- Postura frente à morte no cuidado médico
- VI Simpósio de Urgências da UFSCar

Títulos das atividades de extensão do DMed relacionadas à saúde realizadas em São Carlos durante o ano de 2013:

- Campanha pelo Dia Mundial da Luta Contra a Aids
- V Simpósio de Atualização em Diabetes
- Ciclo de palestras em Ginecologia e Obstetrícia
- Conferência: Esclerose Múltipla
- Intervenção breve no combate ao tabagismo
- Capacitação de profissionais de saúde da Atenção Básica do Município de São Carlos para a coleta de citologia oncótica cérvico-vaginal.
- 3º Simpósio Temático de Atualizações em Cirurgia e Oncologia da UFSCar – Próstata
- Curso "Princípios de Genética Médica" durante a VIII Semana Acadêmica da Biologia UFSCar
- Informação à população de São Carlos sobre a doença de Alzheimer pela Liga de Neurologia Cognitiva e Comportamental da UFSCar
- I Congresso sobre Parto, Nascimento e Amamentação Saudáveis. IV Simpósio sobre Humanização do Parto e Nascimento de São Carlos.
- Apoio à gestão para a implementação da Política Nacional de Saúde Bucal nos municípios do Departamento Regional de Saúde de Araraquara (DRS III)
- Tópicos de Genética Médica
- Prevenção do Câncer de Colo uterino
- Medidas Preventivas em Saúde e de Inclusão Social para Comunidades Indígenas.
- Ambulatório de doenças respiratórias e alergia
- Redação e publicação da segunda edição do livro: "O HIV, seu portador e o Tratamento Anti-retroviral: implicações existenciais", com o título "Implicações Existenciais da Infecção pelo HIV e do seu Tratamento".
- Ambulatório de Uro-oncologia, doenças da próstata e Uro-litíase
- V Simpósio sobre Transtornos Cognitivos e Demências da UFSCar
- Vídeo Educativo - Orientação para o Paciente Portador de Diabetes Mellitus
- IV Congresso Médico Universitário de São Carlos (CoMUSCar)
- Especialização em gestão do cuidado em saúde - Ano II
- Editoria científica regular em periódico indexado em bases de dados internacionais ('Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental').

- Gestão da Clínica no SUS: educação permanente de profissionais de saúde
- Ambulatório de doenças respiratórias e alergia
- Treinamento para formação em Psicanálise
- I Encontro de Saúde Pública do Nordeste Paulista
- Investigação Aplicada à Saúde Coletiva
- Curso Básico de Medicina Integrativa e Práticas Complementares
- Ambulatório de Genética Médica
- Educação Continuada em Saúde da Mulher
- Grupo Risólis: intervenções de clowns (palhaços) em ambientes hospitalares
- Atenção à saúde da criança com patologias endócrinas
- Programa de Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia da UFSCar.
- Cultivando a sua Saúde Sexual e Reprodutiva dos Adolescentes e Jovens
- I Curso de Treinamento e Qualificação Médica em Ecografia Vascular Teórico / Prático Simulado da UFSCar.
- I Curso de Atualização em Urgências e Emergências da UFSCar
- Ambulatório de Gastroenterologia Clínica
- Inserção dos Docentes da área da Saúde do Adulto e Idoso do Departamento de Medicina em atividades assistenciais no Hospital Escola Municipal de São Carlos
- Missão de intercâmbio entre os Sistemas Nacionais de Saúde do Brasil e de Cuba
- Medidas Preventivas em Saúde e de Inclusão Social para Comunidades Indígenas.
- Apoio Matricial em Saúde Sexual e Reprodutiva com Ambulatório Geral em Ginecologia e Obstetrícia.
- Ambulatório de Doenças Imunológicas. Alergias em Pediatria.
- Atuação docente no Hospital Escola Municipal de São Carlos
- Assistência em Neurologia Comportamental da UFSCar (ANC-UFSCar)
- Unidade de Atenção ao Diabético
- Programa de Educação em Diabetes Mellitus
- Ambulatório de Patologia do Trato Genital Inferior - PTGI
- Ambulatório de Cuidados Especiais na Gestação
- Ambulatório de Cuidado Integral em Clínica Médica e em Doenças Infecciosas e Parasitárias no Centro Municipal de Especialidades Médicas de São Carlos.
- Ambulatório de Homeopatia


ANEXO

Modelo do Formulário Eletrônico para propor uma atividade de extensão no sistema ProExWeb UFSCar

Art. 3º Entende-se por Atividade de Extensão universitária aquela que é voltada para o objetivo de tornar acessível à sociedade o conhecimento de domínio da Universidade, seja por sua própria produção, seja pela sistematização do conhecimento universal disponível. (Portaria GR nº220/93).

Programa: (Clique em "Vincular" caso esta atividade seja vinculada a um Programa) (A partir de 22/11/2011 todas as atividades vinculadas serão submetidas à análise/aprovação do coordenador do programa)		<input type="button" value="Vinculada"/>	<input type="button" value="Desvinculada"/>
Nº.	processo:	Reoferta:	
—		Não	
Título da		Atividade:	
<input type="text"/>			
Coordenador:			
Setor	do	coordenador:	
Ingresso na universidade:	Cargo:		
Titulação	do	coordenador:	
Especialização da Graduação			
Setor responsável			
<input type="text" value="ProACE - Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis"/>			
Abrangência	na	UFSCar:	
	<input type="text" value="Interdepartamental"/>		

Data inicial da atividade: dd/mm/aaaa	Data final da atividade: dd/mm/aaaa
<input type="text"/>	<input type="text"/>

Outros setores envolvidos na execução da atividade: (Clique no botão "Buscar") 

Obs.: Será solicitada aprovação da chefia dos setores que tenham servidores na equipe de trabalho e se a atividade for realizada no Núcleo de Formação de Professores (CNFP) ou na Unidade Saúde Escola (USE). Nenhum

Linha  **programática:**

Grande **Área:** (Classificação CNPQ)

Área Temática principal:	Área Temática secundária:
<input type="text" value="Comunicação"/>	<input type="text"/>

Tipo/subtipo de Atividade: (Clique no botão "Buscar") 

Não selecionado

Resumo:
Descrever de forma sucinta, justificativa objetivos e a metodologia da Atividade (Máximo 10 linhas)

Público **Alvo:**
Professores de ensino fundamental, gerentes de Recursos Humanos de empresas industriais, crianças de creche, empresa, prefeitura, etc.

Previsão de Público / Entidade alvo:

(número de pessoas, empresas, etc.)

Previsão do número de exames, perícias e laudos realizados em laboratórios / **depto:**

(Inclui análise de solos, exames agrônômico e botânicos, análises farmacológicas, qualidade de produtos, laudos psicológicos, antropológicos, perícia ambiental, dentre outros)

Comunidade atingida / **Atendida:**

Interna Externa Ambas

Parceria Externa: (Clique no botão "Buscar")

Nenhuma

Tipo de Financiamento: (Clique no botão "Buscar")

Nenhum

Recursos: (Informar o valor total sem separador de milhar)

ProEx: **Valor ainda não informado!** Externos:

Obs.: Para detalhar os Recursos ProEx clique no item "Recursos - ProEx" do menu à esquerda (não esqueça de gravar a proposta primeiro)

Palavras chave:

1: 2: 3:

Local da Atividade:

Na UFSCar (Detalhar no quadro "Informações Complementares") Fora da

UFSCar: (indicar o local)